GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS 2015-2018

MENSAGEM DO GOVERNADOR

ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS
2015-2018

> *Falar em planejamento estratégico é referir-se obrigatoriamente ao tempo presente, mas sempre com vistas a um horizonte desejado. Assim, considerando a realidade estadual e a nossa crença nos potenciais da nossa gente, busco inspiração na filósofa Hannah Arendt, para quem "diante dos desafios, não importando o seu grau de complexidade, os homens terão sempre a possibilidade de fazer o novo, de se reinventar pela ação política.*

Com uma governança pautada na responsabilidade político-institucional, com transparência e respeito aos cidadãos capixabas, estamos, pois, em plena marcha para construção de um Novo Início na trajetória das terras capixabas.

Este é um tempo no qual nosso maior desafio é fazer entregas relevantes para a sociedade em um contexto de maiores restrições e limitações. Trata-se de um tempo que requer esforços coletivos para enfrentamento de uma realidade adversa em nosso Estado.

Ao assumirmos o Executivo Estadual, encontramos uma situação de total retrocesso. Nos últimos quatro anos, especialmente entre 2013 e 2014, o Espírito Santo fez pose de "novo rico". Gastando o que não podia, passou a transigir com o desequilíbrio financeiro-orçamentário, além de ter zerado a sua poupança, duramente conquistada até 2010.

Nesse cenário de desordem fiscal, o Governo perdeu a capacidade de investimento com recursos próprios. As despesas foram aceleradas em ritmo superior ao da evolução das receitas. A atual crise econômica nacional só faz agravar ainda mais o nosso desafio de colocar o Espírito Santo novamente no rumo certo.

Para superar tal momento, formamos uma rede participativa, ampla e múltipla. Os primeiros meses foram de muito diálogo com diversas instituições e poderes públicos, construindo decisões que permitirão reconquistar o equilíbrio das contas públicas e a capacidade de investimento com recursos próprios.

Nesse caminho, refizemos o orçamento estadual 2015, tornando-o factível e realista, e também adotamos medidas para dar mais transparência e aprimorar o combate à corrupção no âmbito do Executivo Estadual.

A adoção do planejamento estratégico foi uma outra medida, como bem mostra este documento síntese, que temos a satisfação de entregar à sociedade, um verdadeiro mapa de c aminhada deste Novo Início capixaba.

Na educação, queremos formar uma juventude capaz de pensar seu próprio futuro e o de sua coletividade, numa escola dinâmica, atraente e conectada com as demandas da atualidade. Nesse sentido, já está em discussão na Assembleia Legislativa o projeto do Executivo para a instituição da Escola Viva, que visa a oferecer aos jovens capixabas um sistema educacional contemporâneo do nosso tempo.

A área da saúde foi recebida em grave estado de desorganização. Com muito esforço, já começamos a equacionar as dívidas milionárias feitas sem lastro orçamentário. E estamos promovendo um verdadeiro choque de gestão para retomar e ampliar a oferta de serviços com a qualidade e a eficiência que o cidadão capixaba merece.

A redução da violência, a promoção dos direitos humanos e o investimento na proteção e assistência social, de forma inclusiva e colaborativa, também são prioridades. A política de Ocupação Social é um exemplo desse movimento. Já estamos trabalhando de maneira articulada, dentro e fora do Governo, mobilizando outras esferas do poder público e também a sociedade, para enfrentarmos os índices de violência e criminalidade.

Além do aperfeiçoamento do modelo gerencial de nossas agências policiais, uma das principais medidas é atuar para transformar os territórios marcados pela violência em territórios de futuro. Trata-se de um conjunto de ações de ocupação social em áreas críticas do ponto de vista da cidadania, da qualidade de vida e da segurança, entre outros fundamentos da vida com dignidade.

Na área cultural, buscaremos democratizar a produção e a circulação de conteúdos simbólicos acerca de nossas identidades, pautados pela inclusão dos historicamente excluídos da fruição das atividades culturais e também pela geração de renda, no âmbito da economia criativa.

O desenvolvimento econômico qualificado, diversificado e sustentável é a nossa escolha para gerar prosperidade com inclusão social produtiva. Infraestrutura logística, saneamento, mobilidade urbana, ciência e tecnologia, empreendedorismo, inovação, turismo, esporte e agricultura também estão na nossa pauta prioritária.

Um tema absolutamente impositivo é a mudança estrutural e comportamental acerca da relação com os recursos naturais e o meio ambiente. É preciso que a nossa sociedade mude o padrão comportamental no uso dos recursos naturais, com maior racionalidade em vez de desperdício, respeito no lugar de ação predatória, reutilização em vez de descarte.

A nos guiar em nosso trabalho, temos: a valorização da democracia; o combate incessante à corrupção e à impunidade; a erradicação da miséria e o combate às injustiças sociais; a oferta de oportunidades iguais de crescimento individual e do exercício pleno da cidadania; o desenvolvimento econômico compatibilizado com o meio ambiente e subordinado ao social; a ética e a credibilidade nas instituições públicas; a transparência, o diálogo com a sociedade e a austeridade político-administrativa.

A tarefa que temos pela frente é gigantesca. Mas o desafio, antes de tudo, nos inspira, como deve inspirar a todos aqueles que acreditam na política nos termos de Milton Santos: a arte de pensar as mudanças e de torná-las efetivas.

Tendo definido o objetivo máximo – fazer as mudanças necessárias para recolocar o Espírito Santo no caminho do desenvolvimento socioeconômico sustentado e partilhado por todos –, desenhamos o mapa da trajetória. Os passos inicias já foram dados. Agora é avançar, pois já provamos que, unidos em torno de um grande e convergente objetivo, podemos muito.

Com vontade, confiança, trabalho em equipe e parceria com a sociedade, vamos fazer deste Novo Início o ponto de partida rumo a novos e melhores horizontes nas terras capixabas. Afinal, como escreveu *Saint-Exupéry*, "o futuro não é um lugar para onde estamos indo, mas um lugar que estamos criando".

Governador Paulo Hartung

MENSAGEM DO VICE-GOVERNADOR

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS 2015-2018

> *Em tempos de grandes dificuldades econômicas e de restrições fiscais, o Espírito Santo se depara, atualmente, com vários desafios, sendo necessário, mais do que nunca, senso e capacidade de priorização do Governo do Estado do Espírito Santo.*

Vamos preparar o Governo para transformar sonhos, desejos e ideias em realidade para os cidadãos capixabas. Isso significa preparar a máquina pública para enfrentar os grandes desafios que se colocam nos cenários econômico e fiscal do Espírito Santo, na busca pelo equilíbrio financeiro e pela retomada da capacidade de investimentos com recursos próprios.

Devemos entender o papel do Estado como equalizador da sociedade, que, por meio de políticas públicas, seja no campo social ou do desenvolvimento econômico, deve entregar resultados à sociedade, fazendo chegar aos que mais precisam a promoção social, a diminuição das desigualdades e a eliminação da pobreza.

Em suma, é preciso focar os recursos no que é essencial para os cidadãos. E é isso que estamos fazendo. Escolhemos colocar foco nas questões e políticas sociais, como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Por delegação do governador Paulo Hartung, pessoalmente, vou me dedicar à área social do Governo para avançarmos na política sobre drogas, na integração de grandes políticas como saúde, educação, segurança pública e defesa social, cultura, esporte e cidadania – como regularização fundiária e acesso à Justiça –, na redução de índices de violência e no fortalecimento da cultura da paz nas áreas de maior vulnerabilidade do Estado, na interlocução institucional com entidades e movimentos sociais, bem como, nas ações de promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos.

Como sabemos que nada se conquista sem um bom time, como premissa fundamental de nossa atuação na área social, vamos atuar em

conjunto. Além das parcerias com os municípios e instituições públicas e privadas, buscaremos, principalmente, o efetivo protagonismo da população. É preciso ouvir as comunidades, visando promover qualidade de vida e oportunidades para moradores das áreas mais vulneráveis do Estado e tirar da exclusão aqueles bairros que precisam de infraestrutura social e urbana e que necessitam resgatar sua autoestima.

Fato é que este Governo estará mais próximo da sociedade, melhorando os fatores essenciais da vida dos cidadãos capixabas. Cientes dos grandes desafios do nosso Estado, estamos confiantes no alcance dos resultados almejados e descritos neste plano até 2018 e, consequentemente, na retomada do rumo do desenvolvimento social e econômico no Espírito Santo.

Vice-Governador César Colnago

SUMÁRIO

ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS
2015-2018

APRESENTAÇÃO 16

I. O DESAFIO ATUAL E AS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO 20

1.1. Mudança nos Cenários Econômico e Fiscal - Brasil e Espírito Santo **21**
1.2. Crescimento de uma Sociedade mais Consciente, Crítica e Ativa **26**
1.3. Bases para o Desenvolvimento Sustentável do Espírito Santo **28**

II. ESTRATÉGIA DE GOVERNO 2015-2018 30

2.1 Pilares Estratégicos **33**
I. Ajustar as contas públicas **34**
II. Instituir um Governo em rede com a sociedade **35**
III. Construir avanços sociais **37**
IV. Promover o desenvolvimento econômico diversificado, sustentável e inclusivo **39**
V. Promover a mudança estrutural e comportamental na relação com os recursos naturais e o meio ambiente **40**
VI. Combater a corrupção **41**

2.2. A Organização dos Demais Elementos Estratégicos **42**

III. ÁREAS DE RESULTADO 46

Educação **47**

Saúde **52**

Desenvolvimento Social **58**

Segurança, Justiça e Defesa Social **65**

Desenvolvimento Econômico **70**

Infraestrutura Logística **76**

Desenvolvimento Urbano e Regional **80**

Meio Ambiente e Agricultura **88**

Cultura, Turismo e Esporte **95**

Gestão Pública **100**

IV. O MODELO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 2015-2018 **108**

LISTA DE SIGLAS **114**

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES **118**

FICHA TÉCNICA **122**

APRESENTAÇÃO

ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS
2015-2018

> *O momento atual é de instabilidade política e econômica em âmbito nacional. O baixo crescimento do país, a pressão inflacionária, o aumento do desemprego, a volatilidade do câmbio e as manifestações populares país afora são eventos que devem chamar a atenção para a urgente necessidade de se renovar a pauta e o modo de operação da política nacional.*

No Espírito Santo, a situação não é muito diferente. Somando-se aos desafios do cenário nacional, a situação se agrava devido à crise fiscal que se instaurou no Estado nos últimos anos, resultando na restrição considerável de recursos próprios para investimentos.

Desse modo, tem-se de um lado a necessidade de um grande esforço de austeridade financeira, no sentido da redução de gastos públicos e na equalização da receita estadual e das despesas, e do outro, uma sociedade que vai às ruas reivindicar seus direitos e clamar pela ética e responsabilidade administrativa das instituições e dos atores políticos. Nesse contexto, mais do que nunca é preciso saber onde se está, onde se quer chegar e como caminhar. Planejamento, foco, inovação e disciplina de execução são mais do que nunca necessários na atual gestão pública estadual.

Planejar para entregar mais resultados à sociedade com menos recursos disponíveis. Isso não quer dizer, somente, cortar custos: significa racionalizar processos, melhorar a gestão do Estado e, fundamentalmente, fazer as escolhas certas daquilo que é mais importante, que não pode deixar de ser feito para alcançar os resultados que a sociedade precisa e espera do Governo.

Além de saber escolher, é preciso manter firme o curso nas ações definidas como prioritárias, pois a pressão do dia a dia e a multiplicidade de interesses relacionados à ação do governo tendem à dispersão de recursos. A inovação, gerencial e tecnológica, é um dos ingredientes principais para reduzir desperdícios, alavancar recursos, ou mesmo ampliar o desempenho das entidades e instituições públicas.

O Governo do Estado do Espírito Santo realizou o Seminário de Planejamento Estratégico onde foram debatidas as prioridades para os próximos quatro anos, com uma inovação importante: o debate e a identificação dos principais atores relevantes para corroborar com a atuação do Governo do Estado do Espírito Santo e a elaboração de estratégias de interação com os atores selecionados, que deverão orientar as ações dos secretários e de suas equipes nos próximos anos.

Este documento apresenta a todos os capixabas as Orientações Estratégicas do Governo do Estado do Espírito Santo para o período 2015-2018. Trata-se da consolidação dos grandes valores, princípios, desafios, diretrizes e prioridades para o Estado, com vistas a qualificar os serviços públicos e produzir os melhores resultados para a sociedade, organizados em quatro grandes capítulos.

O primeiro capítulo aborda o desafio atual do Espírito Santo, caracterizado pelas mudanças nos cenários econômico e fiscal no país e também no Estado, bem como a mudança comportamental da sociedade nos últimos anos. No fim, são apresentados os principais valores deste Governo, que formam as bases de trabalho desta administração.

O segundo capítulo apresenta as grandes opções estratégicas que irão estruturar as iniciativas e ações do Governo do Estado do Espírito Santo para o próximo quadriênio. Apresenta também a estrutura sob a qual as iniciativas e ações estão organizadas.

O capítulo terceiro identifica alguns dos principais desafios do Governo, organizados em dez áreas de resultado e explicita seus respectivos resultados finalísticos, diretrizes e prioridades de entregas à sociedade até 2018.

Por fim, o quarto capítulo apresenta o Modelo de Gestão da Estratégia do Governo do Estado do Espírito Santo 2015-2018, para garantir a efetiva implementação das estratégias elaboradas.

As rotas estão traçadas, precisamos agora trabalhar e fazer acontecer! É isso que nos ensina o guru da gestão Peter Drucker: "Os planos são apenas boas intenções, a menos que se transformem imediatamente em trabalho duro".

Regis Mattos Teixeira
Secretário de Estado
de Economia e Planejamento

1

O DESAFIO ATUAL E AS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS
2015-2018

Alcançar a Visão de Futuro do Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030, isto é, tornar-se ***"Um Estado Inovador, Dinâmico e Sustentável"*** e, ao mesmo tempo, responder às mudanças dos cenários econômico, fiscal e social, que se colocam à frente da gestão pública estadual, são grandes desafios para o Espírito Santo. A superação desses desafios requer esforços coletivos e estratégias transformadoras e inovadoras em tempos desfavoráveis no país e no Estado.

1.1.

MUDANÇA NOS CENÁRIOS ECONÔMICO E FISCAL - BRASIL E ESPÍRITO SANTO

O Brasil avançou nas últimas décadas em termos sociais e econômicos, porém, nos últimos anos, a situação econômica do país vem se deteriorando e continua a apresentar elevados déficits em relação aos países desenvolvidos. São evidentes as dificuldades em crescer a taxas maiores do que a média mundial por longos períodos de tempo.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 0,1% em 2014 ante 2013, com crescimento de 2,7% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). O PIB *per capita* também recuou, em termos reais, em 2014 (-0,7%) em relação a 2013, quando havia crescido 1,8% em relação a 2012. Ainda segundo dados do IBGE, do lado da produção, em 2014, observou-se queda de 1,2% no valor adicionado bruto (VAB) da indústria e crescimento nos setores de serviço e agropecuária de 0,7% e 0,4% respectivamente. Do lado das despesas, o consumo das famílias brasileiras cresceu menos em 2014 (0,9%) do que em 2013 (2,9%). A formação bruta de capital fixo teve queda de 4,4%, enquanto em 2013 havia crescido 6,1%. Com isso, a taxa de investimento em 2014 foi de 19,7% do PIB, abaixo do observado em 2013 (20,5%).

Os gastos do governo cresceram 1,3% em 2014, menos do que em 2013 (2,2%). No setor externo, exportações e importações de bens e serviços tiveram queda de cerca de 1% em 2014, revelando o baixo desempenho da indústria. Já no primeiro quadrimestre de 2015 – janeiro a abril – houve pequena melhora. A balança comercial acumula um déficit de US$ 5,066

bilhões, inferior ao *déficit* de US$ 5,573 bilhões alcançado em igual período de 2014[1]. As exportações somaram US$ 57,931 bilhões, desempenho 16,4% menor que o verificado nos primeiros quatro meses de 2014. As importações somaram US$ 62,997 bilhões, valor 15,9% menor que o observado no mesmo período do ano anterior.

A inflação acumulada em 12 meses alcançou 7,9% em março de 2015, pressionada pelo realinhamento das tarifas de energia elétrica, gasolina e ônibus urbanos, realizado no início deste ano. A taxa nominal de juros da economia (Selic), que chegou a ser 7,25% ao ano, no início de 2013 voltou a subir e em abril de 2015 alcançou 13,25% ao ano.

Os índices de confiança dos consumidores e empresarial, calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), alcançaram em janeiro deste ano valores inferiores aos de 2009, quando a crise internacional abalou os mercados globais. De fevereiro para março deste ano, o percentual de pessoas reportando a dificuldade em conseguir emprego aumentou de 67,9% para 75,4%, reforçando o cenário de enfraquecimento do mercado de trabalho. Por consequência, segundo o IBGE, a taxa de desemprego teve seu segundo aumento consecutivo e atingiu 7,4% no trimestre encerrado em fevereiro de 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua do IBGE.

A situação fiscal do país também merece atenção. O resultado primário vem tendo quedas sucessivas desde 2011 e, em 2014, o setor público consolidado[2] registrou déficit primário de R$ 32,53 bilhões[3], o equivalente a 0,63% do PIB em 2014.

A dívida pública bruta ultrapassou a marca dos 60% do PIB[4] e superou o resultado de 2009, quando o país estava sob os efeitos da crise internacional. Diante desse cenário, o Governo Central iniciou em janeiro de 2015 um plano de ajuste fiscal nas contas públicas que deverá se estender, pelo menos, para os próximos dois anos.

---

1 **Fonte:** IJSN, com base em dados da SECEX/MDIC.

2 Setor público consolidado são contas que englobam o governo central, os estados, municípios e empresas estatais.

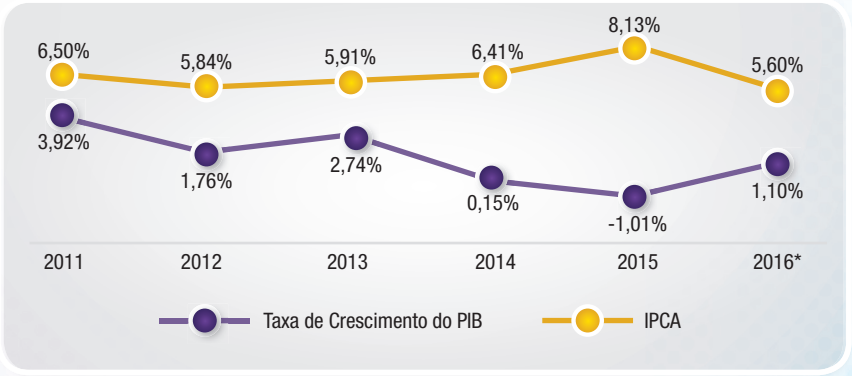
3 **Fontes:** STN, RFB, BCB.

4 **Fontes:** BCB, Credit Suisse e FGV/IBRE.

Esse cenário traz muitas incertezas, mas é certo que os anos de 2015 e 2016 não serão fáceis. As previsões do Banco Central do Brasil (BCB)[5] para o ano de 2015 revelam cenário de recessão econômica, com déficit na taxa de crescimento do PIB de 1,01% ao ano (a.a.). Para 2016, a previsão é de crescimento da produção à taxa de 1% a.a. No que se refere à inflação, as previsões indicam que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcance 8,13% a.a. em 2015 e 5,6% a.a. em 2016 (vide gráfico 1). A produção industrial também deve ter queda considerável em 2015 com leve recuperação em 2016. As projeções do BCB para esse indicador relevam déficit de 2,5% a.a. em 2015 e crescimento de 1,5% a.a. em 2016.

GRÁFICO 1

Taxa de crescimento do PIB x IPCA



Fonte: IBGE, BCB, Focus. *Projeções. Boletim Focus - 10 de abril de 2015.

Os governos estaduais são parte fundamental para acelerar, aprimorar e consolidar o processo de desenvolvimento do Brasil e o desafio de crescer, gerar resultados para a sociedade e ganhar competitividade em nível estadual será maior nesse período.

5 **Fonte:** BCB. Boletim Focus, 10 de abril de 2015.

O Espírito Santo, no plano da economia, evidenciou, entre 2001 e 2012, a quinta maior expansão real do PIB no país, com taxa média de crescimento real de 5,7% a.a.[6], sendo o único entre os estados das regiões Sul e Sudeste a apresentar taxa superior à média do Brasil. No entanto, nos últimos dois anos a taxa de crescimento do PIB estadual, assim como a nacional, desacelerou. Em 2012, o crescimento foi de 4,3% ante 11,2% em 2011.

Na análise do PIB *per capita*, o Estado é o quarto maior do Brasil, sendo superior à média nacional. De 2001 para 2011, o PIB *per capita* capixaba passou de R$ 17.529,90 para R$ 27.542,13, um aumento de 57,1% no período[7]. Apesar disso, o Estado registrou um dos menores crescimentos da renda domiciliar *per capita* (RDPC) entre 2004 e 2013. Sua posição entre as demais Unidades da Federação (UFs) caiu de 7º para 11º lugar, com R$ 912 *per capita* em 2013[8]. É a menor RDPC do Sudeste e está abaixo da média brasileira (R$ 938). Uma das explicações para este descompasso entre PIB e renda *per capita* pode estar relacionada à pujança da indústria extrativa mineral no Estado. Apesar da grande representatividade, a riqueza produzida por esse setor não é, em sua totalidade, transformada em renda para o trabalhador.

A taxa de desemprego capixaba oscilou consideravelmente entre os anos 2004 e 2013, mas ainda assim recuou no período e ficou abaixo da média nacional (6,5%), com 6,1% em 2013[9], apesar do aumento no último biênio (2012-2013). Uma tendência importante do mercado de trabalho brasileiro na última década foi a diminuição da informalidade. No Espírito Santo, a proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada[10] teve queda de 10 pontos percentuais (p.p.) em quase dez anos[11], a maior variação entre os estados brasileiros, alcançando taxa de 18% de informalidade em 2013

---

6 **Fonte:** IBGE. Coordenação de Contas Nacionais/Contas Regionais do Brasil. Cálculo do PIB real feito por Macroplan. Valores em R$ a preços constantes de 2011.

7 **Fonte:** IBGE. Coordenação de Contas Nacionais/Contas Regionais do Brasil. Cálculo do PIB real feito por Macroplan. Valores em R$ a preços constantes de 2011.

8 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD.

9 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD. Pessoas de 15 anos ou mais.

10 Porcentagem de ocupados com 15 anos ou mais empregados sem carteira assinada em relação ao total de ocupados de 15 anos ou mais.

11 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD.

(oitava menor do país). Por outro lado, a remuneração média do trabalho no Espírito Santo ficou abaixo da média brasileira em 2013, apesar da variação de 48,4% em relação a 2004.

Ao cenário econômico estadual adicionam-se as dificuldades do cenário fiscal. Nos últimos dois anos verificou-se a manutenção do déficit primário no Estado da ordem de R$ 1,4 bilhão[12]. A previsão, de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, é que esse déficit aumente. Isso porque observou-se um descompasso entre arrecadação e gastos desde 2012, quando as receitas disponíveis em termos reais ficaram praticamente estagnadas e as despesas líquidas aumentaram significativamente até 2014. Nesse período, a expansão foi de 2% na receita disponível – parcela dos recursos orçamentários com que o Estado efetivamente contou para financiar suas atividades correntes e o investimento. Em contrapartida, a expansão nas despesas foi cerca de sete vezes maior, aproximadamente 15%. A despesa de pessoal foi a grande responsável por tal aumento, tendo crescido cerca de 19% entre 2012 e 2014.

Desse modo, o crescimento persistente das despesas correntes implica em novos déficits sem financiamento, pois absorve a expansão de receitas e encolhe a poupança do Estado, que é a base do financiamento dos investimentos.

Adicionalmente, tem-se uma piora na qualidade da receita do Estado, advinda da menor dependência das receitas tributárias e da maior dependência da receita com *royalties* e participações especiais. Isso porque a desaceleração econômica levou à redução de 1,6% das receitas tributárias disponíveis entre 2012 e 2014, sendo a receita com imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) a responsável por esse recuo. A receita com *royalties* e participações especiais, por sua vez, passou de aproximadamente 6,0% do total da Receita Tributária e de Transferências, em 2010, para 16% em 2014. Essa maior dependência deve ser um grande ponto de atenção para o Governo, dadas as incertezas quanto ao futuro das receitas com *royalties* em virtude da grande queda do preço internacional do petróleo e de sua possível redistribuição entre os entes federativos brasileiros. O preço do barril de petróleo *Brent* alcançou US$ 47,76 em janeiro

12 **Fonte:** Dados da SEP/SEFAZ, 2015.

de 2015[13], quando, no mesmo período de 2014, encontrava-se em outro patamar, acima de US$ 100,00. Já a possível redistribuição dos *royalties* será realidade caso seja aprovada a Lei nº 12.734/2012, que propõe o aumento das quantias direcionadas à generalidade das unidades federadas, reduzindo a participação dos estados e municípios produtores de petróleo.

Em consequência da baixa capacidade de investimentos dos últimos anos, o Estado passa a depender mais de operações de crédito para investimento, o que, frente à instabilidade econômica e fiscal do país, não é um fator favorável.

1.2.

CRESCIMENTO DE UMA SOCIEDADE MAIS CONSCIENTE, CRÍTICA E ATIVA

Além do cenário macroeconômico desfavorável, que impõe aos governos limites de atuação pela restrição de recursos e, sobretudo, após um ano de baixo crescimento, no plano social, as demandas são crescentes por parte da sociedade: são esperadas melhores respostas dos governos na ampliação do acesso e da qualidade dos serviços. As manifestações populares dos últimos anos (2013, 2014 e 2015) são exemplos de uma sociedade que passa a se fazer protagonista no desenvolvimento do seu país. Acredita-se que esse comportamento mais ativo do cidadão é fruto de um conjunto de fatores presentes no ambiente socioeconômico atual, o tripé: crescimento da renda, escolaridade e conectividade da população brasileira.

De 2004 para 2013, a RDPC dos brasileiros aumentou de R$ 619 para R$ 938, uma expansão real de 52%[14]. Ao final de 2013, a escolaridade média da população com 25 anos ou mais no país alcançou 7,7 anos de estudo[15]. Apesar de ainda estar abaixo das referências internacionais como Argentina

13 **Fonte:** *EUA. Energy Information Administration.*

14 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD.

15 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD.

(9,3 anos) e Estados Unidos (13,3)[16], foi um avanço, ainda que lento, frente aos 6,4 anos registrados em 2004. Em telecomunicações o avanço foi exponencial. Em 2013, 42,4% dos domicílios brasileiros tinham computadores com acesso à *internet*[17], atingindo, ao todo, 89,6 milhões[18] de pessoas, valor 3,5 vezes superior ao registrado em 2004 (12,2%). Na telefonia móvel, houve também avanços impressionantes. O Brasil tem atualmente 261,8 milhões de celulares habilitados, o que corresponde a 1,32 celular por habitante[19].

Nesse contexto, a má qualidade dos serviços e gastos públicos ganhou mais visibilidade: maiores pressões e demandas por mudanças políticas e por melhorias nas entregas de obras e serviços e nos padrões de gestão de recursos públicos.

Desse modo, é crescente a vigilância da sociedade e da mídia em relação aos padrões de comportamento dos políticos e servidores públicos e também a maior cobrança de transparência e *accountability*[20]. Trata-se do fortalecimento da sociedade organizada e da ampliação permanente de capacidades do indivíduo, como expressão de liberdade e ressignificação da democracia.

---

16 **Fonte:** ONU/PNUD – "Escolaridade Média", 2013.

17 **Fonte:** IBGE/PNAD. Proporção de domicílios particulares permanentes com computador com acesso à *internet*, 2013.

18 Moradores em domicílios particulares permanentes com acesso à *internet*. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br.

19 **Fonte:** ANATEL, 2014. Disponível em www.anatel.gov.br.

20 **Conceito:** *Accountability* encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento desta diretiva. Rocha, Arlindo. *Accountability* na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. 2011. De acordo com Pinho & Sacramento, 2008, p.2.

1.3.

BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

Diante do cenário apresentado, o Governo do Estado do Espírito Santo entende que seu trabalho ao longo do próximo quadriênio precisa ser contemporâneo dos tempos atuais. Um tempo que, por suas possibilidades comunicacionais e demandas cidadãs, exige de todos especial atenção ao diálogo ininterrupto, em busca de consensos legitimados pela maioria.

Desse modo, são apresentados a seguir os valores que orientam esse Governo desde 2003 e que continuarão a servir como base para o desenvolvimento sustentável dos trabalhos desta equipe para os próximos quatro anos.

Valorização da democracia

A democracia é um valor fundamental para garantia à pessoa humana do exercício da cidadania. Da democracia não se abre mão em hipótese alguma. O poder político se disputa pelo voto universal e os projetos políticos se implementam pelo reconhecimento e não pela imposição. A democracia representativa deve ser fortalecida e aprimorada, com o estímulo aos movimentos da sociedade civil e aos cidadãos a participarem de forma colaborativa da condução da coisa pública.

Combate à corrupção, criminalidade e impunidade

A corrupção, criminalidade e impunidade devem ser incansavelmente combatidas por todos os agentes públicos, alçados a essa condição pelo voto ou pela carreira profissional.

Erradicação da miséria e combate às desigualdades

A miséria deve ser erradicada e as injustiças sociais, combatidas e eliminadas. A todos devem ser dadas oportunidades iguais de crescimento individual e de exercício pleno da cidadania, combatendo-se discriminações, preconceitos e intolerâncias de quaisquer naturezas.

Amplo acesso à Justiça

O acesso à Justiça deve ser facilitado e garantido a todos, individual e coletivamente.

Crescimento econômico sustentável (econômico, social e ambiental)

O crescimento econômico deve promover a superação das desigualdades, criando melhores condições de emprego e renda. O desenvolvimento econômico deve compatibilizar-se com o meio ambiente, nos parâmetros da sustentabilidade. Nesse sentido, o econômico deve subordinar-se ao social, contribuindo para superar desigualdades da ordem vigente. As leis de mercado não são um valor absoluto, devendo coadunar-se e harmonizar-se com o interesse geral da sociedade.

Qualidade das instituições públicas

As instituições públicas devem aperfeiçoar-se e regenerar-se em busca da eficácia e da credibilidade, rompendo com as práticas clientelistas e paternalistas e eliminando a corrupção de suas estruturas.

2

ESTRATÉGIA DE GOVERNO 2015-2018

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS 2015-2018

Tendo em mente a Visão de Futuro 2030, "Ser um Estado dinâmico, inovador e sustentável", e os desafios imediatos que se apresentam nos contextos econômico, social e político no período 2015-2018, o Governo do Estado do Espírito Santo definiu a seguinte visão para 2018:

> *Com uma governança responsável e colaborativa, o Espírito Santo reconquistará o equilíbrio das contas públicas, promovendo o desenvolvimento inclusivo e garantindo avanços sociais importantes na educação, saúde e segurança pública.*

Para alcançar esta visão, o Governo define sua atuação para o quadriênio 2015-2018, com base em **seis pilares estratégicos**. Esses pilares são o núcleo da estratégia e o alicerce para todas as atividades que serão realizadas por esta equipe de Governo.

Nesse sentido, o caminho a ser percorrido, indicando o que deve ser realizado e como, foi desenhado visando às transformações relevantes a serem obtidas para a sociedade capixaba, articuladas em **10 áreas de resultado**: Educação; Saúde; Segurança, Justiça e Defesa Social; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Econômico; Infraestrutura Logística; Desenvolvimento Urbano e Regional; Meio Ambiente e Agricultura; Cultura, Turismo e Esporte; e Gestão Pública.

As áreas de resultado representam os grandes temas de concentração dos melhores esforços e recursos do Governo para o alcance de transformações e melhorias desejadas na realidade do Espírito Santo no horizonte 2015-2018. Elas agregam diferentes áreas, funções e secretarias dentro do Governo, organizações da sociedade civil e cidadãos, com o objetivo de otimizar esforços para fins comuns, numa perspectiva integrada.

FIGURA 1

Mapa da Estratégia 2015-2018

VISÃO DE FUTURO 2018

Com uma governança responsável e colaborativa, o Espírito Santo reconquistará o equilíbrio das contas públicas, promovendo o desenvolvimento inclusivo e garantindo avanços sociais importantes na educação, saúde e segurança pública.

ÁREAS DE RESULTADO

- **EDUCAÇÃO** — Qualidade, ampliação e gestão escolar
- **SAÚDE** — Resolutividade, acesso e promoção
- **SEGURANÇA, JUSTIÇA E DEFESA SOCIAL** — Enfrentamento da violência
- **DESENVOLVIMENTO SOCIAL** — Proteção social e direitos humanos
- **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** — Competitividade, emprego e renda
- **DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL** — Mobilidade, habitação e saneamento
- **INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA** — Qualificação e integração
- **MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA** — Conservação e sustentabilidade dos recursos naturais
- **CULTURA, TURISMO E ESPORTE** — Inclusão social e inserção produtiva
- **GESTÃO PÚBLICA** — Transparência, profissionalização e Governo em rede com a sociedade

PILARES ESTRATÉGICOS

- Ajustar as contas públicas
- Combater a corrupção
- Instituir um Governo em rede com a sociedade (transparência, participação e diálogo)
- Promover a mudança na relação com os recursos naturais e o meio ambiente
- Construir avanços sociais (educação, saúde e segurança)
- Promover o desenvolvimento econômico diversificado, sustentável e inclusivo

2.1.

PILARES ESTRATÉGICOS

Os seis grandes pilares estratégicos que irão estruturar as iniciativas e ações do Governo Estadual, no mesmo nível de importância, são os seguintes:

I. Ajustar as contas públicas;

II. Instituir um governo em rede com a sociedade;

III. Construir avanços sociais;

IV. Promover o desenvolvimento econômico diversificado, sustentável e inclusivo;

V. Promover a mudança estrutural e comportamental na relação com os recursos naturais e o meio ambiente;

VI. Combater a corrupção.

I

AJUSTAR AS CONTAS PÚBLICAS

O cenário restritivo nacional e estadual demanda planejamento e foco, para que o Estado retome e mantenha sua capacidade de investimento com recursos próprios e, assim, possa investir em medidas relevantes e de alto impacto para a sociedade. O momento é de travessia de uma crise fiscal em nível estadual e de uma crise econômica e política em nível nacional.

O desafio é grande, mas de extrema importância, uma vez que a capacidade de investir com recursos próprios corresponde à poupança efetiva de recursos do Governo que pode ser diretamente direcionada para investimentos. É a principal fonte que pode viabilizar investimentos no Estado sem depender de terceiros, como é o caso das operações de crédito e dos convênios com a União, que também são fontes para investimentos.

Desse modo, é imperativo que o Governo realize um significativo ajuste fiscal e dedique tempo para planejar e elaborar bons projetos, para que não sejam dados passos maiores do que se é capaz de executar. Princípios como a responsabilidade fiscal e a profissionalização gerencial e administrativa serão guias para a equipe de Governo durante os próximos quatro anos.

Para promover o ajuste fiscal, é necessário buscar o diálogo com os representantes dos demais Poderes, forças políticas de apoio, o empresariado e com os próprios servidores públicos, visando a construir um pacto de melhoria da gestão fiscal.

Medidas importantes já foram tomadas, como a reorganização do Orçamento e a assinatura de decretos que visam a reduzir os gastos da administração pública e a retomada do equilíbrio financeiro-orçamentário do Estado. Essas e outras medidas de racionalização, moralização e qualificação dos gastos públicos tem como objetivo o equacionamento das dívidas herdadas, a compatibilização da receita com as despesas estaduais e a recuperação da capacidade de investimentos do Estado com recursos próprios.

II

INSTITUIR UM GOVERNO EM REDE COM A SOCIEDADE

A busca por melhores respostas na ampliação do acesso e da qualidade dos serviços públicos é mandatória para o Governo e requer uma gestão de alto desempenho, que transforme os desejos e as ideias em resultados concretos para a sociedade capixaba.

É preciso ofertar serviços com qualidade, de forma mais integrada, com mais eficiência e agilidade, tendo sempre como objetivos a promoção de melhores condições de vida e a prosperidade para os cidadãos do Espírito Santo.

O Governo buscará melhorar constantemente a qualidade do atendimento nos pontos de prestação de serviços públicos, combinando profissionalização da gestão e qualificação do pessoal com a adoção de modernas tecnologias de comunicação, modernização da infraestrutura e avaliação dos serviços pelo cidadão. Prezará também pela ampliação substancial da prestação de serviços eletrônicos e outras formas de atendimento à distância aos cidadãos.

Além de melhores condições na prestação de serviços, emerge mais forte do que antes a necessidade de interação permanente do Governo com a sociedade. Faz-se necessário valorizar os movimentos espontâneos, das instituições da sociedade civil, das famílias e dos cidadãos.

É um novo desafio para os dias de hoje: a condução de um Governo em rede com a sociedade em prol do desenvolvimento, baseado em transparência, colaboração e agilidade. Para isso, é indispensável inovar nos métodos e promover interações e diálogos participativos com os cidadãos e instituições representativas diversas, estimulando o fluxo de informações e questionamentos nas duas vias – Governo-sociedade e vice-versa.

O Governo estimulará o desenvolvimento de aplicativos em redes sociais e dispositivos móveis, orientados para a fiscalização e avaliação dos serviços públicos pelos cidadãos e a proposição individual e coletiva de ações de melhoria. A ideia é ampliar os canais de interação com a sociedade para aprimorar as políticas públicas prioritárias do Estado.

É preciso ampliar a transparência das decisões governamentais e multiplicar os mecanismos de participação da sociedade na gestão pública, a destacar os arranjos institucionais de governança, que articulam governo, setor privado, organizações da sociedade civil e cidadãos na promoção do desenvolvimento, na gestão de aglomerações urbanas e na solução de problemas econômicos, sociais e ambientais complexos. Esse é o sentido das inovações institucionais necessárias nesse momento, que se vinculam e se justificam se produzirem mais valor para a sociedade.

Vale lembrar que, em momentos de dificuldade, é preciso uma atuação planejada, organizada e com foco no que é essencial e que faz a diferença para a sociedade ao final de quatro anos de trabalho. E, consequentemente, buscar uma gestão intensiva e ter disciplina de execução para a efetiva implementação de todas as iniciativas planejadas.

III

CONSTRUIR AVANÇOS SOCIAIS

O Governo do Estado do Espírito Santo acredita no papel do Estado como equalizador da sociedade por meio de políticas públicas nos campos social e econômico para entregar resultados à sociedade, fazendo chegar aos que mais precisam a promoção social, a diminuição das desigualdades e a eliminação da pobreza.

Nos dias de hoje, mais do que nunca, é preciso focar os recursos existentes no que é essencial para os cidadãos capixabas. Por isso, o Governo escolheu direcionar sua atuação na construção de avanços sociais, como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável do Estado.

A educação será o pilar desse Governo, no sentido de educar as crianças e preparar os jovens para o mercado de trabalho. Como uma política pública transversal às demais, ela tem a capacidade de influir tanto positiva quanto negativamente nas outras políticas públicas de forma direta. Por isso, o Governo trabalhará para tornar real a primeira opção. Algumas ações concretas já estão sendo tomadas nesse sentido, no âmbito estadual, como uma proposição de modelo que visa a capacitar os jovens de forma dinâmica, atraente e conectada com as demandas atuais.

Outro ponto fundamental a ser trabalhado por esse Governo é a área da saúde. A constituição de 1988 definiu inúmeros direitos para o cidadão, mas os estados (não só o Espírito Santo) ainda não se organizaram de modo eficaz para cumprir com os seus deveres. Será priorizada a melhoria da gestão nesta área, visando a organizar as ações, relações e iniciativas dos vários órgãos e entidades do sistema de saúde, para juntos ofertarem serviços de maior qualidade e eficiência ao cidadão capixaba, seja na atenção primária ou na especializada, de modo descentralizado no Estado. O Governo também já deu passos importantes nesse sentido, por meio de encontros e debates nas quatro regiões de saúde do Espírito Santo.

O terceiro aspecto prioritário na área social é a segurança pública. Nessa área, o problema não está apenas no âmbito policial, embora ele seja essencial. O Governo, em parceria com os municípios, com instituições

públicas e privadas e principalmente com o protagonismo da comunidade, irá articular diferentes políticas, como cultura, educação, turismo, esporte, entre outras, visando à redução dos índices de violência e ao fortalecimento da cultura da paz nas regiões do Estado com maior vulnerabilidade social.

Em suma, a todos devem ser dadas oportunidades iguais de crescimento individual e de exercício pleno da cidadania, combatendo-se discriminações, preconceitos e intolerâncias de quaisquer naturezas.

IV

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DIVERSIFICADO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

Fundamental para as mudanças dos quadros social e financeiro do Estado, o desenvolvimento econômico diversificado, sustentável e inclusivo é a base sólida para a construção de um novo Espírito Santo. Trata-se de colocar o Estado nos rumos da competitividade e igualdade de oportunidades para todos os capixabas.

O Governo trabalhará em uma incisiva diplomacia comercial, com vistas a atrair novos investimentos nacionais e estrangeiros para o Estado. Haverá esforços também para ampliar as operações já instaladas no território capixaba, visando expandir e diversificar a capacidade de gerar riquezas e agregar valor à produção.

É preciso ainda saber aproveitar as oportunidades nacionais, mas também as estrangeiras, com vistas a lançar o Espírito Santo às concorrências internacionais, especialmente no que tange a questões de infraestrutura logística, sobre as quais o Estado possui geograficamente uma vantagem competitiva.

Em paralelo, o desenvolvimento econômico deve compatibilizar-se com o meio ambiente, nos parâmetros da sustentabilidade, isto é, os avanços devem ser planejados tendo como pano de fundo uma relação "ganha-ganha" com a natureza e os cuidados com efeitos diretos e indiretos para o meio ambiente. Adicionalmente, buscando inovar na questão do desenvolvimento, o Governo do Estado do Espírito Santo vai avançar em ações relativas à economia verde e acerca da economia criativa, gerando riquezas e prosperidade a partir de seus capitais culturais, simbólicos e intelectuais.

O crescimento econômico deve promover a inclusão social, a superação de desigualdades, criando melhores condições de trabalho e renda para todos os cidadãos capixabas.

V

PROMOVER A MUDANÇA ESTRUTURAL E COMPORTAMENTAL NA RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS E O MEIO AMBIENTE

Nos dias atuais, a relação do homem com os recursos naturais e o meio ambiente já não é vista como de exploração predatória. Existe hoje a consciência de que essa relação tem de ser sustentável e harmônica, para garantir o uso desses recursos pelas gerações futuras. Isso implica a necessidade de um elevado grau de governança e compromisso com o coletivo e com o meio ambiente no presente.

O desafio atual é mobilizar esforços para avançar positivamente nas questões hídricas e florestais, conciliando a geração de riqueza e de bem-estar social com a preservação do meio ambiente, além de ampliar o debate em relação à poluição do ar, do solo e das águas.

O Governo do Estado do Espírito Santo entende como primordial a mudança estrutural e comportamental de todos na relação com os recursos naturais e com o meio ambiente, por meio do diálogo permanente e transparente com a sociedade e da busca por soluções eficientes e alternativas de curto, médio e longo prazos. Com esses objetivos, foi criado o Comitê de Gestão Hídrica do Estado do Espírito Santo, que, após encontros com cidadãos e lideranças de todo o Estado, já iniciaram a estruturação de um Programa de Adaptação às Mudanças Climáticas, com propostas oriundas das discussões regionais.

Essa e outras iniciativas contemplam a recuperação e a proteção de nascentes, o reflorestamento e a preservação de áreas estratégicas à absorção de água das chuvas, a adoção de medidas inovadoras no uso da água em processos produtivos e a implantação de soluções técnicas eficientes ao controle das emissões de poluentes atmosféricos. Envolvem, principalmente, a mudança comportamental da sociedade, buscando maior racionalidade, solidariedade e reutilização dos recursos naturais, para garanti-los em quantidade e qualidade necessárias à manutenção da vida atual e futura.

VI

COMBATER A CORRUPÇÃO

Outra diretriz estratégica para o momento atual de travessia à crise é o sistemático combate à corrupção no Estado. Os cidadãos capixabas, assim como em todo o Brasil, têm aumentado as suas exigências com relação aos Governos. A sociedade, em diferentes formas de manifestação, clama pela retomada de valores como integridade, honestidade, transparência, responsabilidade e corrupção zero. Os desvios de recursos públicos e o patrimonialismo afetam os princípios republicanos e devem ser combatidos permanentemente. Não haverá tolerância a práticas ilegais neste Governo.

Para enfrentar esse desafio, o Governo do Estado do Espírito Santo conta com a efetiva atuação da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), que deve atuar de forma incisiva e objetiva, e também com a ativa participação dos demais servidores públicos e da sociedade capixaba, que deve estar sempre vigilante.

A criação da Subsecretaria de Integridade Governamental e Empresarial (Subint) em janeiro de 2015, o fortalecimento e a instrumentalização da Corregedoria do Poder Executivo, a implementação da Lei Federal Anticorrupção, a criação de um novo Portal da Transparência e a reestruturação da Ouvidoria são passos concretos nessa direção.

Adicionalmente, acredita-se que é preciso discutir e difundir as leis e medidas de combate à corrupção nas organizações públicas e privadas, proporcionando maior entendimento e adesão às responsabilidades de gestores e servidores públicos e conscientizando-os sobre as possíveis consequências penais no caso de ilegalidades. Essa será uma constante neste Governo.

Essas e outras medidas têm como base os princípios de ética, transparência, responsabilidade e compromisso com os recursos públicos, além do controle e da repressão das práticas de corrupção.

2.2.

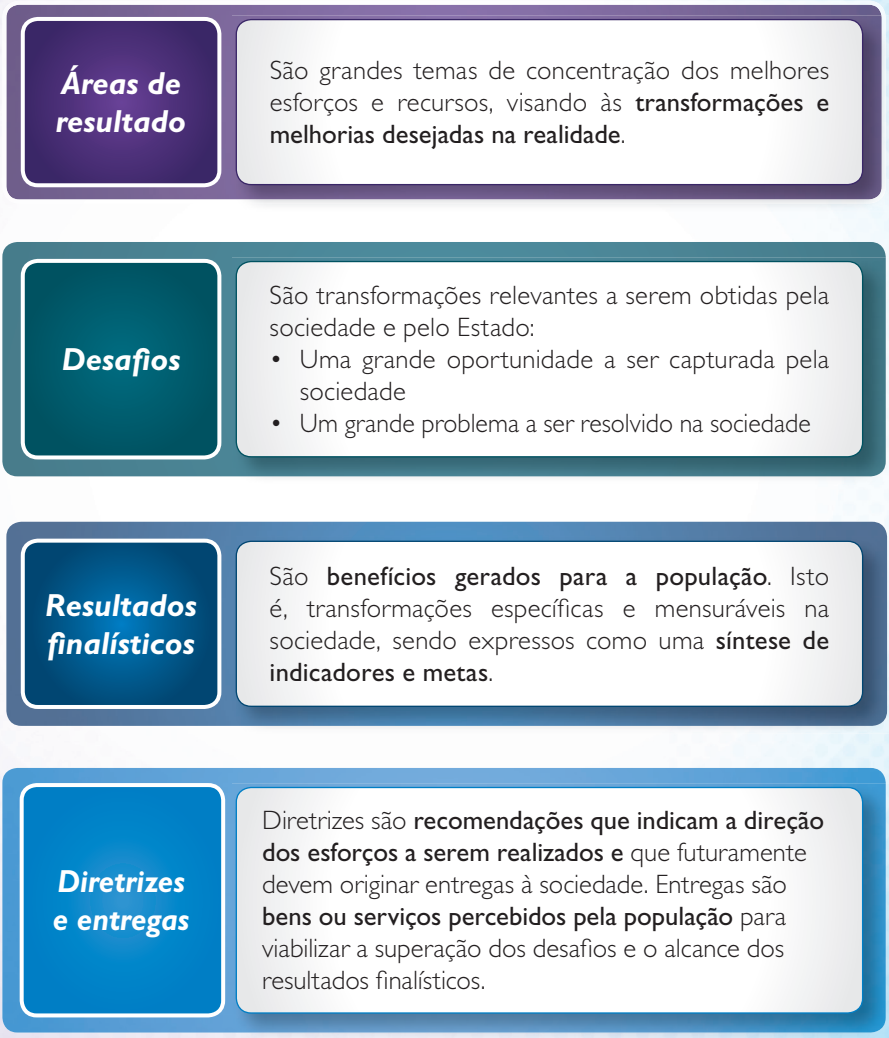
A ORGANIZAÇÃO DOS DEMAIS ELEMENTOS ESTRATÉGICOS

Cada área de resultado desdobra-se em: **desafios** que devem ser enfrentados e representam os objetivos de transformação pretendidos em cada área; e em **resultados finalísticos**, que são a mensuração desses desafios no médio prazo. Esses permitem projetar cada área de resultado de sua situação atual para o futuro desejado. Os resultados finalísticos irão garantir o contínuo monitoramento e a correção dos rumos das ações, além de orientar com maior precisão o dimensionamento de recursos a serem empregados em cada área específica.

Este conjunto de elementos esclarece 'o que' deve ser feito e o 'como' é respondido pelas **diretrizes e entregas à sociedade**, que constituem o caminho e as medidas necessárias (o que não pode deixar de ser feito) para o alcance das transformações desejadas para o Espírito Santo.

FIGURA 2

Conceitos dos principais elementos estratégicos



Fonte: Macroplan, 2015.

FIGURA 3

Organização esquemática das áreas de resultado

Fonte: Macroplan, 2015.

Em síntese, a estratégia do Governo do Estado do Espírito Santo demonstra claramente as escolhas e as prioridades para os próximos anos, listando as soluções que, de fato, trarão mudanças significativas para a realidade do Estado. Para que isso seja possível e os resultados desejados sejam alcançados, é fundamental o envolvimento da sociedade capixaba, apropriando-se do Plano e cobrando resultados, e que o Estado o transforme em prioridade da gestão, orientando os processos e tomadas de decisão de todos os órgãos da administração pública estadual.

As dez áreas de resultado e seus respectivos desafios, resultados finalísticos, diretrizes e entregas à sociedade são apresentadas em detalhe no capítulo seguinte.

3

ÁREAS DE RESULTADO

ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS
2015-2018

EDUCAÇÃO

Onde estamos e nossos desafios

A área de educação é prioridade para o Governo do Estado do Espírito Santo. A qualificação do capital humano, do ensino infantil até o nível superior, é a base necessária para o desenvolvimento sustentável da sociedade capixaba, nas três dimensões: social, econômica e ambiental. A partir da reflexão estratégica e da análise da situação atual da educação no Estado, foram definidos cinco grandes desafios para essa área de resultado, sete resultados finalísticos a serem perseguidos e 13 diretrizes e entregas à sociedade, como mostrado a seguir.

Área de resultado

EDUCAÇÃO

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Elevar a qualidade do ensino e aprendizagem na rede pública	• Aumento do IDEB • Redução da evasão escolar • Aumento do índice de aprovação	• Sistema permanente de reforço escolar para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio implantado • 100% dos alunos e dos professores do ensino médio com avaliação trimestral realizada • Escola viva: qualificação de 30 escolas de ensino médio • Continuidade de 100% das obras de construção e reforma de escolas • Valorização e recomposição gradual do quadro do magistério • Implantação de uma nova política de formação para o magistério • Busca de engajamento da comunidade escolar no processo educacional
Alfabetizar plenamente todas as crianças até 8 anos de idade	• Universalização da alfabetização das crianças de até 8 anos	• Parceria com os municípios para alfabetização de todas as crianças até os 8 anos
Melhorar e fortalecer a gestão da escola	• Escolas com novo modelo de gestão implantado	• Novo modelo de gestão no sistema de ensino estadual (escolas de ensino médio) • Implementar nas unidades escolares plano estratégico, plano de ação anual e seu monitoramento • Aprimorar a seleção e capacitação dos diretores de escola
Qualificar o jovem para o mercado de trabalho	• Qualificação da oferta de vagas públicas de ensino técnico, profissionalizante e superior	• Adequar a oferta de educação profissional e superior à demanda do mercado de trabalho
Elevar a eficácia da educação de jovens e adultos	• Aumento da escolaridade média dos jovens de 18 a 29 anos	• Adequar a oferta de educação para jovens e adultos à demanda do mercado de trabalho

O Governo do Estado do Espírito Santo tem atuação direta desde os anos iniciais do ensino fundamental até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, a análise dos indicadores educacionais do Estado indica a existência de gargalos, em especial nos anos finais do ensino fundamental (EF II), com impactos no desempenho do ensino médio (EM) capixaba.

Em 2013, segundo dados do portal QEdu[21], somente 27% dos alunos do 9º ano do EF II da rede pública[22] alcançaram níveis de aprendizado considerados adequados[23] na disciplina de português e apenas 16% em matemática – valores inferiores aos de outros estados como Minas Gerais e Santa Catarina. Acresce que, naquele mesmo ano, a proporção média de alunos reprovados[24] nos anos finais do ensino fundamental foi de 17,5%, segundo indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a maior na comparação com os anos iniciais (7,3%) e com o ensino médio (16,7%). Trata-se de um aumento de 2,4 p.p. na reprovação dos alunos capixabas do EF II, em relação ao ano de 2010.

Como consequência, segundo dados do INEP, as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Espírito Santo para o EF II e também para o EM ficaram abaixo das metas estipuladas para os anos de 2011 e 2013, apesar do crescimento no período 2007-2013 (vide gráficos 2 e 3).

---

21 **Fonte:** Portal QEdu. Disponível em http://www.qedu.org.br. Acessado em 16 de março de 2015.

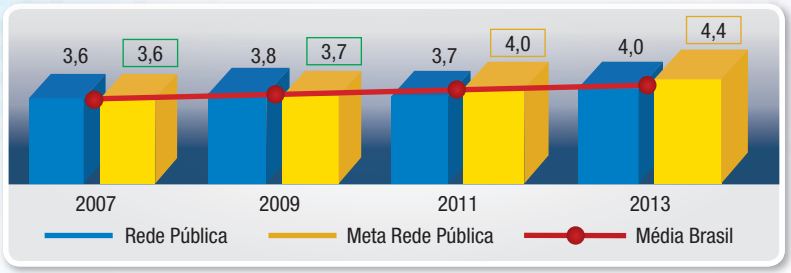
22 Engloba escolas municipais e estaduais.

23 Essa classificação qualitativa foi definida por Chico Soares com base na escala do SAEB. Essa classificação não é oficial. A Escala de Aprendizado possui quatro níveis: avançado; proficiente; básico; e insuficiente, sendo as duas primeiras consideradas adequadas e as demais inadequadas.

24 Ao final de um ano letivo, alunos matriculados em escolas públicas brasileiras podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos.

GRÁFICO 2

Evolução do IDEB no ensino fundamental II da rede pública:
Espírito Santo e média Brasil

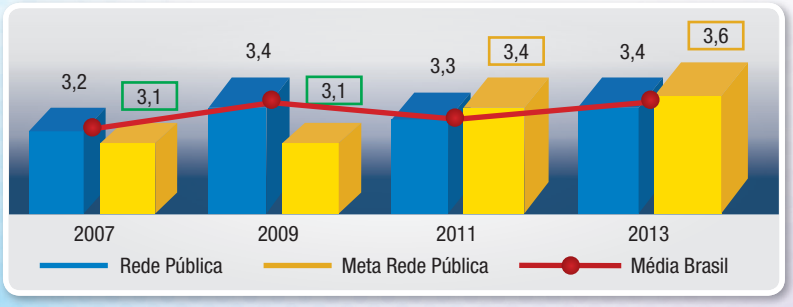


Fonte: Dados do QEdu, com base no INEP.

No caso do ensino médio, a situação da rede pública no Estado é ainda mais preocupante e acompanha a tendência nacional de estagnação. Desde 2009, o IDEB do EM praticamente estagnou com nota 3,4 em uma escala de 10 pontos (vide gráfico 3), estando significativamente abaixo do resultado da rede privada do Estado, que apresentou nota 5,7 em 2013. Esse cenário revela o desafio de **elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem na rede pública** do Estado.

GRÁFICO 3

Evolução do IDEB no ensino médio da rede pública: Espírito Santo e média Brasil



Fonte: Dados do QEdu, com base no INEP.

Adicionalmente, no ensino médio, além dos baixos resultados no IDEB, em 2013, 30,6% dos alunos[25] tinham idade superior à recomendada para cada uma das séries (1º, 2º e 3º anos do ensino médio).

Em relação à alfabetização, há ainda espaço para avanços nas terras capixabas. Seguindo as orientações do Ministério da Educação, através do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), e buscando cada vez mais parceria com os municípios, o desafio para o Estado nesse segmento é **assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade**, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Segundo dados do QEdu, em 2013, de cada cem alunos que cursavam o 3º ano do EF I, aproximadamente 19 estavam com atraso escolar de dois anos ou mais, evidenciando problemas na alfabetização. Naquele mesmo ano, havia no Estado cerca de 153,4 mil alunos matriculados no 1º, 2º e 3º anos da rede pública do EF, em idade de alfabetização[26], cerca de um terço do total de alunos do ensino fundamental (33,3%).

No tocante à educação superior e profissional, é necessário **qualificar o jovem capixaba para o mercado**, com foco na demanda do mercado de trabalho. A produtividade capixaba ainda é baixa comparada a de outros estados. Em 2013, a remuneração média do trabalho[27] no Espírito Santo era, aproximadamente, R$ 1.429, inferior à média brasileira (R$ 1.491) e de todos os demais estados do Sudeste. Na comparação com as 27 UFs, o Estado alcançou, em 2013, apenas a 11ª posição no *ranking*, ficando logo atrás do Amapá, Rio Grande do Sul e Goiás. Além disso, é preciso **elevar a eficácia da EJA**, nível educacional pelo qual o Governo do Estado do Espírito Santo é responsável por 65,6% do total de matrículas[28].

Outro desafio na esfera educacional é **melhorar e fortalecer a gestão da escola**, visando a uma atuação mais eficiente, participativa e com foco nos resultados positivos de aprendizagem dos alunos das escolas da rede pública estadual.

---

25 **Fonte:** INEP.

26 **Fonte:** Censo Escolar/INEP, 2013 | QEdu.org.br.

27 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD. Em valores de outubro de 2013.

28 **Fonte:** INEP.

SAÚDE

Onde estamos e nossos desafios

A saúde é outra área essencial para o Governo do Estado do Espírito Santo e que demanda concentração de grandes esforços e recursos para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos capixabas. Nessa área, foram definidos quatro desafios, nove resultados finalísticos e 19 diretrizes e entregas à sociedade, como visto a seguir.

Área de resultado

SAÚDE

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Ampliar a resolutividade e cobertura da rede primária de saúde	• Redução da mortalidade infantil • Redução do índice de internação por causas sensíveis à atenção primária • Aumento da cobertura populacional atendida pelas ESF	• Qualificação de profissionais da atenção primária • Melhoria da infraestrutura da rede básica de saúde nos municípios, iniciando com 16 novas unidades de saúde da família • Readquirir a capacidade de cofinanciamento da atenção primária
Ampliar e facilitar o acesso do cidadão aos serviços de saúde especializada e mais humanizados	• Redução do tempo de espera para realização de exames, consultas e cirurgias • Aumento da oferta de serviços especializados	• 100 novos leitos de saúde mental em hospitais gerais • Hospital Estadual de Urgência e Emergência concluído • 4 Hospitais Regionais de Referência adequados para atendimento ao idoso • Hospital Geral de Cariacica • 5 Centros de Consulta e Exames Especializados implantados • Adequação de maternidades para rede materno-infantil • Ampliação do SAMU • Implantação do complexo regulador • Liberação/criação de 224 novos leitos clínicos, cirúrgicos e UTIs, em serviços já existentes • Desenvolver ações para humanizar o atendimento no SUS
Aumentar o protagonismo do cidadão nos cuidados com a própria saúde	• Redução das entradas no sistema de saúde causadas por acidentes de trânsito • Redução das doenças sexualmente transmissíveis • Aumento do % da população que pratica exercícios	• Realização de campanhas educativas de promoção de hábitos saudáveis para melhorar a qualidade de vida • Apoio aos municípios para implantação de equipamentos para academias

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Melhorar a gestão do Sistema de Saúde	• Otimização do gasto do Governo na saúde	• Realização de seleção pública de gestores da rede hospitalar e superintendências por meritocracia • Gestão por resultados na rede própria, com contratualização • Planejamento e fortalecimento da rede regional de saúde, com foco na atenção primária • Portal de Transparência para gestão das filas de espera implantado

A porta de entrada do cidadão no sistema de saúde é a atenção primária, que integra ações preventivas e curativas. É o primeiro recurso buscado pela população. Por isso, deve ser orientada por princípios como acessibilidade, vínculo com o serviço, continuidade ao longo do tempo, integralidade e sua responsabilização pelos problemas de saúde, ainda que outros níveis de atendimento sejam necessários.

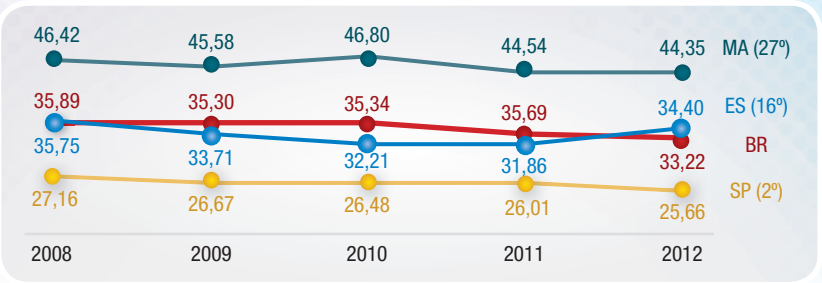
No Espírito Santo, observou-se que a proporção de internações por causas sensíveis à atenção primária[29] era a 16ª maior do país em 2012, sendo essas predominantes no Estado, com 34,40 internações por 10 mil habitantes[30] (gráfico 4), estando acima de todos os demais estados do Sudeste e da média nacional naquele mesmo ano (33,22 internações por 10 mil habitantes).

29 **Causas:** pneumonia, diarreia e desidratação.

30 **Fonte:** DataSUS/Tabnet. Disponível em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02. Acessado em 09/03/2015.

GRÁFICO 4

Evolução da proporção de internação por causas sensíveis à atenção primária, em percentual



Fonte: DataSUS/Tabnet.

A trajetória desse indicador em terras capixabas, no período 2008-2012, revela redução de aproximadamente 2,7 p.p., fato que pode estar relacionado principalmente com o aumento da proporção de domicílios com saneamento básico adequado. No mesmo período, o Estado avançou em 12,1 p.p. na cobertura de saneamento[31], passando de 66,3% para 78,4% de domicílios com saneamento básico adequado em 2012.

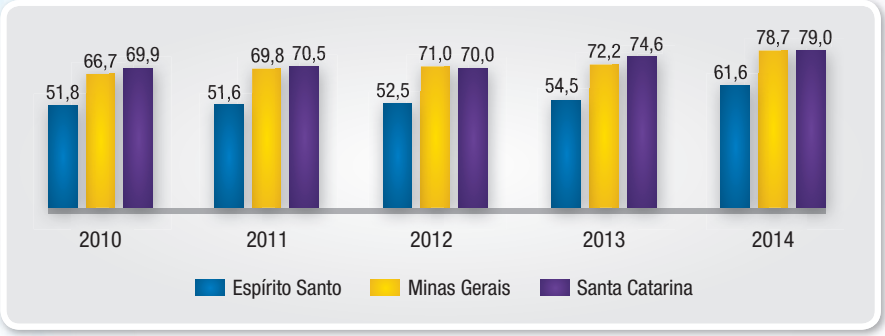
Outro fator relevante para os avanços e a qualidade da atenção primária é o aumento do acompanhamento das famílias por profissionais qualificados em atenção básica. A taxa de cobertura populacional das Equipes de Saúde da Família (ESF), responsáveis por intervir sobre os fatores de risco aos quais a comunidade sob sua tutela está exposta, com realização de atividades de educação e promoção da saúde, é crescente no Estado desde o início da última década.

Em 2004, 39,4% da população capixaba estava coberta no programa Saúde da Família, passando para 61,6% em 2014 (gráfico 5). Quando comparado a outros estados, observa-se espaço para avanços significativos. Por isso, ainda é um desafio para o Governo **ampliar a resolutividade e a cobertura da rede primária de saúde**.

31 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD.

GRÁFICO 5

Evolução da cobertura populacional das equipes de saúde da família, em percentual



Fonte: MS; SAS; e DAB.

Além da grande relevância da atenção primária, ressalta-se a importância da atenção especializada, visto que as necessidades de saúde são amplas e complexas. Somado a isso, a modificação do perfil epidemiológico da população resulta na maior incidência de doenças crônicas, sendo essencial a articulação entre esferas governamentais e intermunicipais para formação de uma rede de atenção à saúde, no intuito de **ampliar e facilitar o acesso do cidadão aos serviços de saúde especializados e mais humanizados**. O objetivo é que o cidadão capixaba consiga ter um atendimento de qualidade o mais próximo possível de sua residência.

Para suportar o alcance desses desafios finalísticos, é preciso também avançar na reorganização e reestruturação da saúde no Estado. Há atualmente problemas de despesas feitas sem empenho financeiro, dívidas com fornecedores e prestadores de serviços essenciais, problemas com o financiamento dos serviços, entre outros. Desse modo, é preciso **melhorar a gestão do Sistema de Saúde**, a começar pelas atividades e pelos processos da própria Secretaria de Estado da Saúde (SESA). É preciso dar eficiência e qualificação aos serviços prestados aos cidadãos capixabas, com base em meritocracia, transparência e planejamento.

Não obstante todo o suporte à saúde fornecido pelo Estado e pelos municípios capixabas é necessário também **aumentar o protagonismo do cidadão nos cuidados com a própria saúde**, por meio da prática de exercícios físicos e através de uma alimentação balanceada. É preciso difundir a consciência do cuidado e da responsabilidade com a própria saúde.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Onde estamos e nossos desafios

O conceito de desenvolvimento está relacionado não apenas ao desenvolvimento econômico de um Estado, mas também à emancipação social e à melhoria no padrão de vida da sua população, estando ligado, em especial, com a parcela mais vulnerável dessa sociedade. Nesse sentido, três desafios são colocados para o Espírito Santo nos próximos quatro anos, dos quais se desdobram sete resultados finalísticos e 21 diretrizes e entregas à sociedade, como apresentado a seguir.

Área de resultado

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Reduzir a extrema pobreza	• Redução da taxa de extrema pobreza	• Continuidade e aprimoramento do Bolsa Capixaba, ampliando as oportunidades de trabalho e renda para as famílias e os jovens de 15 a 24 anos • Ampliação da cobertura do programa Segurança Alimentar e Nutricional • Equipes socioassistenciais capacitadas para atender famílias em situação de vulnerabilidade social • Melhoria na cobertura de atendimento, em CRAS e CREAS, às famílias em situação de vulnerabilidade social
Aperfeiçoar a rede de atendimento socioeducativo	• Diminuição da taxa de reingresso no sistema socioeducativo • Aumento do número de egressos do sistema socioeducativo inseridos no mercado de trabalho	• Ampliação do acesso ao ensino regular fundamental e médio aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa • Aumento da rede de liberdade assistida e de prestação de serviços comunitários em parceria com os municípios • Ampliação do acesso à atenção integral em saúde pelo SUS aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa • Aperfeiçoamento do sistema socioeducativo, garantindo a atenção ao egresso • Realização de parcerias com empresas para oferta de trabalho aos adolescentes egressos • Novas vagas ofertadas no sistema socioeducativo

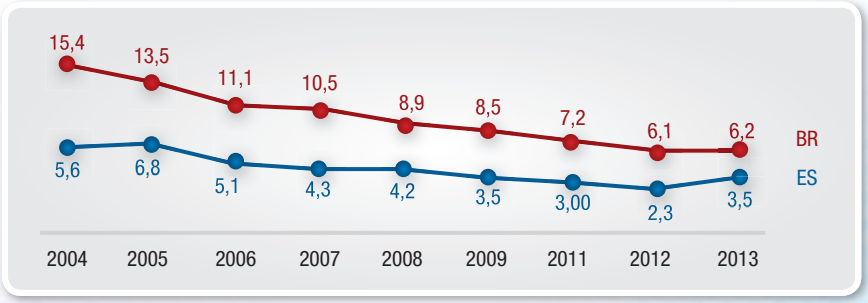
Desafios	*Resultados finalísticos*	*Diretrizes e entregas à sociedade*
Ampliar a proteção social e o acesso aos direitos humanos aos segmentos vulneráveis	• Redução da taxa de homicídios de jovens (15 a 24 anos) • Redução da proporção de jovens (15 a 24 anos) que não estudam, não trabalham e não procuram emprego (Nem-nem-nem) • Redução do percentual de crimes contra a mulher • Erradicação do trabalho infantil	• Política Pública de Ocupação Social (redução dos índices de violência e fortalecimento da cultura da paz) • 4 mil jovens de 15 a 24 anos contemplados com projetos culturais esportivos e serviços de convivência, nos bairros de alta vulnerabilidade social • Ampliação das oportunidades de trabalho e renda para os jovens de 15 a 24 anos • 400 empreendedores culturais, esportivos e turísticos formados com foco nos territórios de alta vulnerabilidade social • Aumento do acesso e do desempenho e redução da evasão escolar dos jovens nos bairros de alta vulnerabilidade social • Agentes de segurança e defesa social formados em mediação de conflitos e direitos humanos • Ampliação da atuação da Patrulha da Comunidade nos bairros de alta vulnerabilidade social • Fortalecimento da rede de atendimento e proteção das mulheres vítimas de violência • Promoção do acesso da população em situação de vulnerabilidade social à justiça • Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social • Qualificação das políticas públicas de prevenção, recuperação e ressocialização do dependente químico

No Espírito Santo, em 2013, a RDPC dos capixabas era de R$ 912 mensais[32], abaixo da média brasileira e de todos os estados do Sul-Sudeste, apesar de o Estado ter apresentado o quarto melhor PIB *per capita* entre todas as UFs, naquele ano, com R$ 27.542,00. Em comparação com 2004, o Estado passou de 7º no *ranking* da RDPC para 11º lugar, registrando crescimento menor do que a média brasileira.

Nesse mesmo período, a proporção de habitantes vivendo em situação de extrema pobreza reduziu 3,1 p.p no Espírito Santo, mas ainda é significativa (PNAD). Apesar dos avanços alcançados, há uma parcela da população que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade social, e é necessário um esforço do Governo do Estado do Espírito Santo e articulação com municípios para reduzir a extrema pobreza: 3,5% da população viviam com menos de R$ 124 *per capita*[33] em 2013 (gráfico 6). Pelo critério da renda, portanto, aproximadamente 126 mil pessoas necessitam de assistência social.

GRÁFICO 6

Evolução da porcentagem de extremamente pobres



Fonte: OPE Sociais, com base na PNAD.

O conceito de vulnerabilidade engloba também minorias e segmentos mais marginalizados, tais como mulheres vítimas de violência doméstica, po-

32 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD.

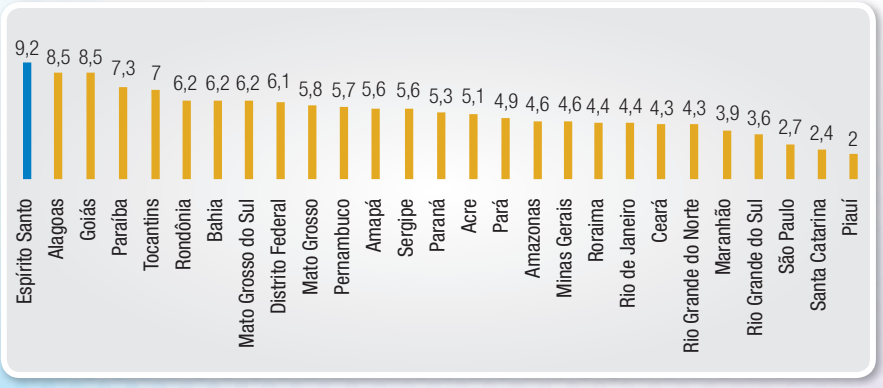
33 Estão sendo consideradas as linhas de extrema pobreza regionalizadas do IPEA, levando em conta a média nacional para a extrema pobreza de R$ 124. Fonte: OPE Sociais, com base na PNAD.

pulação em situação de rua, catadores, pessoas com deficiência, adolescentes em serviços de proteção jurídica e social, além de idosos em situação de abandono ou negligência. É importante também mencionar a dependência química como um fator catalisador das condições de vulnerabilidade.

Nesse contexto, as figuras do jovem e da mulher são preocupantes. Segundo dados do Mapa da Violência de 2014, a taxa de homicídio de pessoas com 15 a 29 anos no Espírito Santo, em 2012, era a segunda maior do país (101,7 por 100 mil habitantes), atrás apenas de Alagoas (138,3 por 100 mil habitantes). O panorama da violência contra a mulher também é crítico no Estado. De acordo com a mesma fonte, o Espírito Santo, Estado mais violento do Brasil nesse quesito, teve em 2011 uma taxa de 9,2 vítimas de homicídio por 100 mil mulheres (gráfico 7). Assim sendo, outro desafio para o Governo é **ampliar a proteção social e o acesso aos direitos humanos aos segmentos vulneráveis da população capixaba**.

GRÁFICO 7

Taxa de homicídios femininos por 100 mil, na população total, por UF, em 2011



Fonte: Mapa da Violência 2014.

Destaca-se também a necessidade de maior inserção produtiva da população ocupada, em especial dos jovens, em empregos formais. Em 2013, 15,4% dos jovens capixabas entre 15 e 29 anos nem estudavam, nem trabalhavam e nem procuravam emprego (sendo conhecidos por jovens "nem-nem-nem"), proporção maior que a brasileira e bastante significativa (gráfico 8).

GRÁFICO 8

Evolução da proporção de jovens de 15 a 29 anos, Nem-Nem-Nem, em percentual

Fonte: OPE Sociais, com base na PNAD.

Pesquisas mostram que a propensão a ser 'nem-nem' (nem estudar, nem trabalhar) está fortemente associada ao fato de o jovem ser mulher e ter filhos, ter baixa escolaridade e possuir baixa renda. Transições da escola para o mercado de trabalho ou entre diferentes ocupações podem colocar o jovem temporariamente nessa situação, mas, quanto maior o tempo, menor

a chance de retornar ao mercado de trabalho ou à escola[34]. É importante ressaltar que o trabalho e a geração de renda são considerados fundamentais para que aquelas pessoas que dependem de programas de transferência de renda possam se emancipar dessa situação.

Outro desafio é o de **aperfeiçoar a rede de atendimento socioeducativo**, com o objetivo de diminuir a reincidência dos jovens no crime e aumentar a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Para isso, é imprescindível que o Governo atue de forma integrada para atacar as causas que levam os jovens a infringir a lei e dar oportunidades que os afastem de situações de risco. Estimular a frequência escolar e as atividades culturais e esportivas, ampliar a atenção à saúde e prover maior segurança na região onde moram são alguns dos exemplos do que pode ser feito, especialmente na faixa de idade entre 15 e 29 anos e naquelas localidades onde há mais pessoas em situação de vulnerabilidade.

---

34 Costa, J. S. de M.; Ulyssea, G. O Fenômeno dos Jovens Nem-Nem. Em: Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros. Carlos Henrique Corseuil e Rosana Ulhôa Botelho (Org.). Ipea, Rio de Janeiro, 2014.

SEGURANÇA, JUSTIÇA E DEFESA SOCIAL

Onde estamos e nossos desafios

A segurança pública é apontada como um dos fatores críticos do Espírito Santo e compete primordialmente ao Governo Estadual. O Estado apresentou a segunda maior taxa de homicídios do Brasil em 2012 (47,3 homicídios por 100 mil habitantes), inferior apenas à de Alagoas (64,6 homicídios)[35]. Apesar da leve redução em relação a 2002, o Estado perdeu uma posição na década. A reflexão sobre essa situação revela dois grandes desafios para essa área de resultado e, em consequência, traz cinco resultados finalísticos e 12 diretrizes e entregas à sociedade.

35 **Fonte:** Mapa da Violência 2014.

Área de resultado

SEGURANÇA, JUSTIÇA E DEFESA SOCIAL

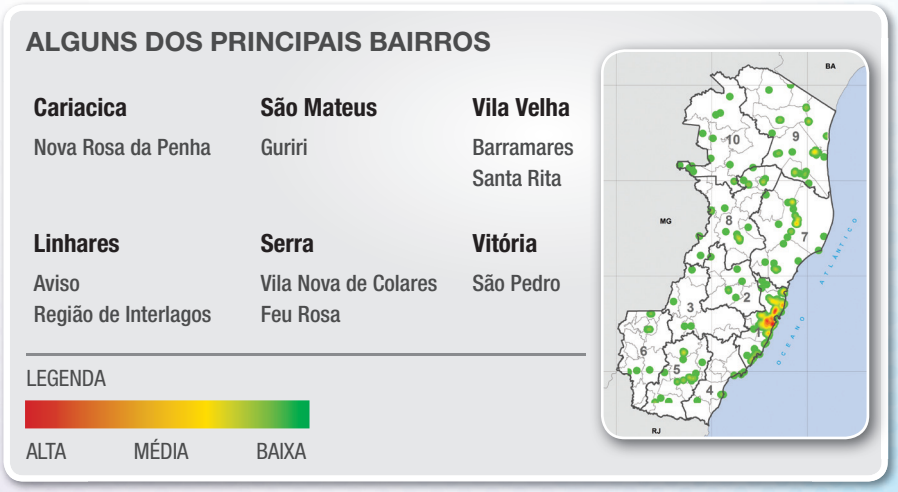
Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Diminuir os crimes contra a vida	• Redução da taxa de homicídios • Aumento da quantidade de armas de fogo e munições apreendidas • Aumento do % de resolutividade de inquérito de crimes letais intencionais	• Intensificação da atuação policial nos territórios de maior criminalidade alinhada com outras ações sociais • Ampliação da prevenção e do enfrentamento da violência contra mulheres e jovens • Aumento de operações com foco na apreensão de armas e munições, envolvendo articulação com poderes, instituições e sociedade na defesa da cultura da paz • Aumento na resolutividade dos inquéritos de crimes letais intencionais • Fortalecimento da polícia técnico-científica • Intensificação das operações de inteligência • Integração de base de dados (Detran/ES, Receita, SESA, SEJUS, dentre outras) • Unidades de segurança construídas, reformadas e padronizadas • Finalização das unidades do Corpo de Bombeiros Militar
Aumentar a eficácia do sistema prisional e da ressocialização	• Redução do reingresso criminal • Redução da taxa de ocupação prisional	• Aumento da oferta de qualificação profissional, escolarização e trabalho para os internos • Apoio ao Poder Judiciário na implementação da Audiência de Custódia • Ampliação do uso das tornozeleiras eletrônicas

O indicador de homicídios apresentou contínuas reduções nos últimos anos, chegando em 2014 à taxa de 39,4 homicídios por 100 mil habitantes, o equivalente a uma redução de 20% em dois anos[36]. Santa Catarina, o Estado com melhor desempenho nesse indicador no Brasil, apresentou em 2012 uma taxa três vezes menor que a do Espírito Santo em 2014, 12,8 homicídios por 100 mil habitantes.

Em especial, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e em alguns pontos específicos do Estado, como em São Mateus e Linhares, há alta concentração de crimes letais intencionais (vide figura 4). Por isso, apesar dos avanços nessa área, **diminuir os crimes contra a vida** ainda se coloca como desafio prioritário para o Espírito Santo nos próximos anos.

FIGURA 4

Concentração de crimes letais intencionais no 2º quadrimestre de 2014



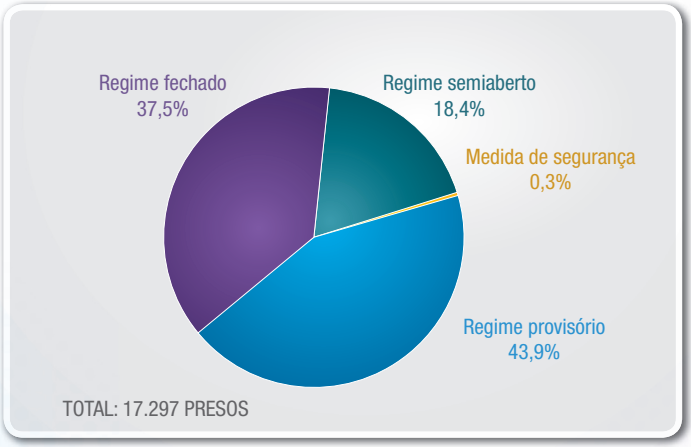
Fonte: Dados GEAC/SESP.

36 **Fonte:** Dados da GEAC/SESP.

Outro desafio relevante é o de **aumentar a eficácia do sistema prisional e da ressocialização** dos indivíduos que infringiram a lei. O número de presos por 100 mil habitantes maiores de 18 anos no Espírito Santo apresenta crescimento constante e elevado, situando-se bem acima da média nacional em 2012[37]. Naquele ano, o indicador capixaba encontrava-se na 21ª posição dentre as 27 UFs, aproximando-se dos estados com maior número de presos. Destaca-se que, atualmente, 43,9% dos mais de 17 mil presos estão em regime provisório (gráfico 9).

GRÁFICO 9

Panorama do sistema penitenciário capixaba



Fonte: Dados da SEJUS. Situação em março de 2015.

37 **Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014. Disponível em: www.forumseguranca.org.br.

Esforços contínuos devem ser realizados no sentido da qualificação e inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho. Destaca-se o avanço das matrículas escolares no sistema prisional capixaba, representando o trabalho de reestruturação do próprio sistema carcerário que, a partir de 2009, foi reconstruído sob os aspectos conceitual, arquitetônico e de gestão, possibilitando resultados concretos e consistentes. Em 2010, foram inaugurados os primeiros presídios com espaços específicos para ações educacionais. O aumento da oferta foi progressivo, o que possibilitou a elevação do número de alunos atendidos pela educação formal, chegando a 30 (trinta) unidades com esse perfil em 2014, de um total de 34. Adicionalmente, no ano de 2014 foram ofertadas 6.767 vagas de cursos profissionalizantes para internos do sistema penitenciário capixaba[38].

38 **Fonte:** Dados da GET/SEJUS.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Onde estamos e nossos desafios

O desenvolvimento econômico, de modo diversificado, sustentável e inclusivo é um dos pilares estratégicos deste Governo e, nesse sentido, grandes desafios se colocam para a atual gestão, dos quais três são elencados como prioritários neste momento. Os resultados finalísticos a serem perseguidos nos próximos anos são cinco e as diretrizes e prioridades são 16 ao todo.

Área de resultado

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Ampliar a competitividade do Espírito Santo	• Aumento do índice de competitividade • Qualificação dos investimentos em CT&I relativos ao PIB do Estado	• Modelagem e implantação da rede de fibra ótica na RMGV (Metro-Gvix) e modelagem de infraestrutura de telecomunicações para todo o Estado • Novos polos e condomínios empresariais públicos e privados estruturados • Melhoria da qualificação da mão de obra capixaba • Programa de CT&I estruturado, considerando as potencialidades regionais • Estimular a melhoria da Governança Corporativa dos grupos privados • Promoção da atuação integrada entre os Governos para desenvolvimento da infraestrutura capixaba (ex: Aeroporto de Vitória) • Otimização do recurso público para investimentos em CT&I
Melhorar o ambiente de negócios	• Redução do tempo de abertura de empresas	• Desburocratização de negócios, incluindo a simplificação das obrigações acessórias e racionalização tributária, com foco nas micro e pequenas empresas • Transparência no contencioso administrativo-tributário • Maior estabilidade das regras que interferem nos negócios (ex: tributárias, ambientais)

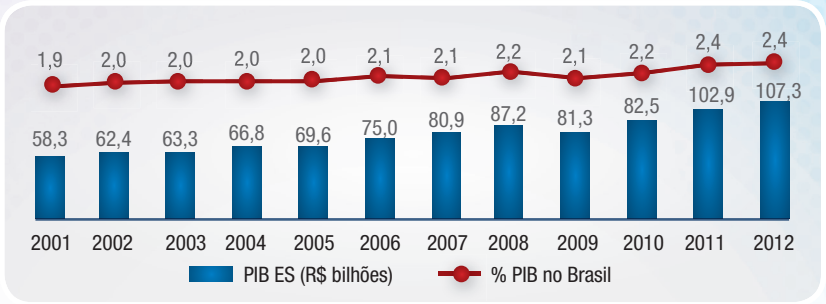
Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Atrair e promover novas oportunidades de negócios para geração de emprego e renda	• Aumento nos investimentos atraídos • Aumento do valor das exportações dos arranjos produtivos em articulação com as *tradings* capixabas	• Fornecedores qualificados e atraídos para adensamento de cadeias produtivas, com foco nas micro e pequenas empresas • Instrumentos de apoio à melhoria de eficiência das políticas de investimento dos municípios • Estruturação de programa de Economia Verde, contemplando política de eficiência e segurança energética • Aproximação da economia capixaba do mercado de capitais • Diplomacia ativa para atração de novos investimentos, com foco na agregação de valor nos produtos e serviços, na integração vertical das cadeias produtivas e no aumento da eficiência da aplicação de recursos públicos para investimentos públicos e privados • Realização de feiras com rodadas de negócios

Em 2012, segundo o IBGE, o Espírito Santo apresentou um PIB de R$ 107,3 bilhões, equivalente a 2,4% do PIB brasileiro naquele mesmo ano (gráfico 10). No período entre 2001 e 2012 o Estado teve a quinta maior taxa média de crescimento real do PIB no país[39] (5,7% a.a), sendo o único entre os estados das regiões Sul e Sudeste a apresentar taxa superior à média do Brasil. Tal crescimento foi impulsionado pelas atividades industriais, em especial pela indústria extrativa, que representou, em 2012, 24,8% do VAB do Estado, maior participação entre todas as UFs.

39 **Fonte:** IBGE. Coordenação de Contas Nacionais/ Contas Regionais do Brasil. PIB real: Macroplan, 2014. Valores em R$ a preços constantes de 2011.

GRÁFICO 10

Evolução do PIB no Espírito Santo e participação no PIB brasileiro



Fonte: Contas Regionais/IBGE.

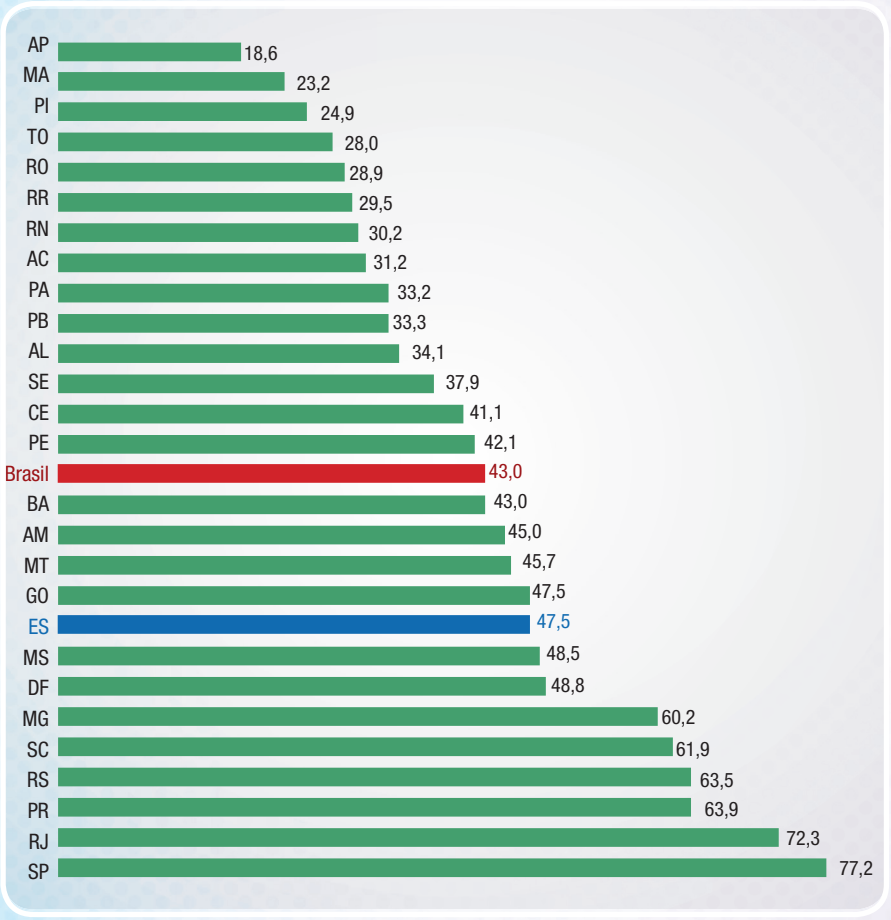
No entanto, o ambiente atual de baixo crescimento econômico do país – as previsões do BCB para o ano de 2015 revelam cenário de recessão econômica, com déficit na taxa de crescimento do PIB de 1,01% a.a.[40] – deverá refletir em dificuldades de desenvolvimento nos estados, inclusive no Espírito Santo. Por isso, a produção competitiva é condição essencial para promover o desenvolvimento sustentável no Estado. Em tempos de crise, é preciso buscar fazer mais com os recursos existentes e agregar valor à produção. Produtividade, diversificação e inovação são essenciais no contexto atual.

Segundo o Índice de Competitividade calculado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e pela *The Economist*, o Espírito Santo está em nono lugar no *ranking* nacional de competitividade de 2013, posição inferior a todos os demais estados do Sul e do Sudeste (gráfico 11). Além disso, a remuneração média do trabalho na economia capixaba, considerada uma possível *proxy* da produtividade do trabalhador, ficou levemente abaixo do nível nacional em 2013 (OPE Sociais/PNAD). No Estado, o trabalhador recebe 86% mais que no Piauí, 27% menos que em São Paulo e 53% menos que no Distrito Federal. Sendo assim, **ampliar a competitividade do Espírito Santo** é um grande desafio para o Governo nos próximos anos.

40 **Fonte:** BCB. Boletim Focus, 10 de abril de 2015.

GRÁFICO 11

Índice de competitividade, por UF, em 2013
(melhor índice=100)



Fonte: CLP e Economist Intelligence Unit – The Economist: "2013/2014 Brazil State-Level Bussiness Enviroment Ranking".

No que tange ao ambiente de negócios, entre 2004 e 2013 a taxa de informalidade nos postos de trabalho capixabas teve queda de 10 p.p.[41], a maior variação entre os estados brasileiros, chegando a 8ª colocação entre as UFs, com 18% de taxa de informalidade. Apesar dos avanços, o Estado está atrás de todos os estados das Regiões Sul e Sudeste. Desse modo, **melhorar o ambiente de negócios** ainda é um grande desafio para o Governo.

Outro grande desafio para o Espírito Santo é **atrair e promover novas oportunidades de negócios para geração de emprego e renda da população**. Áreas como ciência, tecnologia e inovação (CT&I) devem ser exploradas, visando a aumentar o percentual de investimentos nessas áreas relativos ao PIB do Estado. Em 2010, esse indicador representava apenas 0,10% do PIB do Espírito Santo. A meta para 2020, definida no plano de longo prazo ES 2030, é que os investimentos em CT&I alcancem 0,20% do PIB estadual.

Para isso, considera-se extremante importante a formação educacional e técnica-profissional. Em 2010, pouco mais de 8% da população possuía nível superior completo no Estado, quando o desafio é aumentar para duas casas decimais já em 2020. Além dos avanços educacionais, é necessário apoio às micro e pequenas empresas inovadoras, avanços tecnológicos nos principais setores produtivos e na economia verde com geração de novas oportunidades de emprego para toda a população do Estado.

41 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD. Porcentagem de ocupados com 15 anos ou mais empregados sem carteira assinada em relação ao total de ocupados de 15 anos ou mais.

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Onde estamos e nossos desafios

A infraestrutura é um dos pilares da competitividade. O Espírito Santo tem localização geográfica considerada estratégica no país nesse quesito. Estar na região Sudeste, próximo dos principais centros consumidores, produtores e de distribuição do país e, adicionalmente, ter amplo litoral voltado para as rotas internacionais e de exportação e importação é uma importante vantagem competitiva. Visando a potencializar essa vantagem e avançar na logística do Estado, foram identificados dois grandes desafios e sete resultados finalísticos, além de seis grandes diretrizes e entregas à sociedade.

Área de resultado

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Ampliar e qualificar a infraestrutura rodoviária	• Aumento das rodovias consideradas ótimas ou boas • Aumento na densidade de rodovias pavimentadas • Redução do tempo de deslocamento entre os centros urbanos • Redução do índice de acidentes de trânsito	• Melhoria da operação, manutenção e conservação da malha rodoviária • Adequação de trechos rodoviários existentes e construção de novos trechos (duplicação, terceira faixa, eliminação de pontos críticos, viadutos, vias laterais, etc.) • Implantação de contornos rodoviários prioritários (Ex: Contorno do Mestre Álvaro)
Ampliar e qualificar a infraestrutura de portos, aeroportos e ferrovias	• Aumento e diversificação da movimentação de cargas • Redução de custos e tempo de transporte (transit time) de cargas • Aumento do número de passageiros (diversificação de modais)	• Adequação do aeroporto de Linhares para voos regionais • Adequação e ampliação dos acessos aos portos em parceria com o Governo Federal (Ex: Porto de Vitória, TVV, Barra do Riacho/ Portocel, Porto Central) • Articulação para implantar as ferrovias EF-118 e EF-354, duplicar a BR 262, ampliar o Aeroporto de Vitória e concluir a dragagem e derrocagem do canal de acesso ao Porto de Vitória

A integração dos modais de transporte no Estado – complexo portuário, malha ferroviária e sistema rodoviário – é reconhecida no país.

Tratando-se de rodovias, segundo dados do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) de 2013, a densidade das rodovias capixabas é a segunda maior do país, com 66,8 quilômetros (Km) por 100 km², atrás apenas de São Paulo, que apresentou densidade de 80,1 km por 100 km². No entanto, a proporção de rodovias pavimentadas estava abaixo da média brasileira (14%), com apenas 11,6% de pavimentação total no mesmo período.

Com relação à qualidade das rodovias, dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) apontam que o Estado ficou em oitavo lugar na comparação com todas as UFs, apresentando grande margem para melhoria. Para alcançar a condição paulista (78,5%), por exemplo, o Estado precisaria praticamente dobrar a proporção de rodovias com qualidade boa ou ótima, que era de 40,1% em 2013. Desse modo, **ampliar e qualificar a infraestrutura rodoviária** é um grande desafio para o Espírito Santo e requer intenso esforço de instituições públicas e privadas, além da articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal.

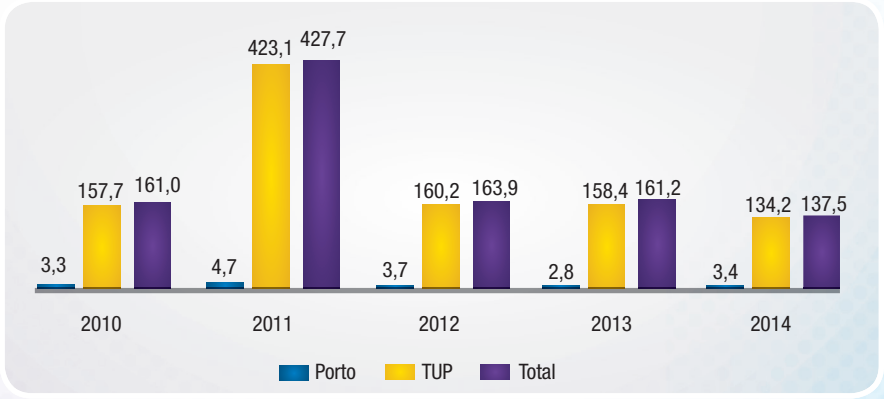
Os demais modais também merecem atenção. No setor ferroviário, acredita-se que exista desbalanceamento entre oferta e demanda projetada para as ferrovias. No setor portuário, as instalações atuais apresentam limitações operacionais, causadas principalmente pelos gargalos no acesso aos portos. Em relação aos aeroportos, há problemas estruturais naqueles já construídos e em funcionamento. O aeroporto de Vitória, por exemplo, tem expansão prevista e não iniciada desde 2005 e opera hoje com capacidade limitada.

Esse conjunto de fatores acaba por inibir os investimentos, a competitividade das empresas capixabas e a atratividade do sistema logístico estadual. Por tais razões, é necessário um esforço coletivo dos governos federal e estadual para **ampliar e qualificar a infraestrutura de portos, aeroportos e ferrovias**.

Em relação à movimentação de cargas no Estado, houve redução do total movimentado no período 2010-2014 em aproximadamente 15% (Gráfico 12). Os Terminais de Uso Privado (TUP) foram os principais responsáveis por tal redução, uma vez que houve, no mesmo período, pequeno aumento na movimentação de cargas nos portos.

GRÁFICO 12

Evolução do total geral de cargas movimentadas, por tipo de instalação, em milhões de toneladas



Fonte: ANTAQ.

DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

Onde estamos e nossos desafios

A dinâmica territorial do Espírito Santo é usualmente dividida entre a região do interior do Estado e a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Nas últimas décadas as expansões populacional e produtiva em ambas as regiões do Estado revelam lacunas em áreas como mobilidade, habitação e saneamento. Nesse contexto foram definidos seis grandes desafios para o Estado nos próximos quatro anos, sete resultados finalísticos a serem perseguidos e 16 diretrizes e entregas à sociedade capixaba, como mostrado a seguir.

Área de resultado

DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Diminuir o tempo de deslocamento das pessoas nas cidades	• Redução do tempo de deslocamento urbano	• Implantação de intervenções urbanas de mobilidade: Corredor Leste-Oeste; Corredor Sudeste; Trecho Av. Minas Gerais-Nova Almeida e Rodovia José Sette • Adequação das vias de acesso e promoção de infraestrutura visando à implantação do BRT: Portal Príncipe (vias de acesso); Túnel na Av. Cesar Hilal; Avenida Leitão da Silva; e ampliação da BR-101 em Carapina, com acesso à Av. João Palácio • Reestruturação do projeto do Aquaviário para início da implantação • Conclusão da ampliação do Terminal Itacibá • Apoio à implantação de ciclovias e incentivo às prefeituras nos projetos de bicicleta compartilhada
Reduzir o índice de acidentes de trânsito	• Reduzir dos acidentes de trânsito	• Intensificação da fiscalização de trânsito • Melhoria da sinalização horizontal e vertical nos municípios com trânsito não municipalizado vinculada a ações educativas • Radares urbanos e rodoviários implantados nos pontos com maior índice de acidentes • Efetivação do tema educação para o trânsito nas escolas públicas
Ampliar a cobertura de saneamento básico	• Aumento da proporção de domicílios com saneamento básico adequado	• Ampliação da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário nas áreas urbanas e de abastecimento de água nas vilas e comunidades rurais

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Universalizar a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos	Todos os municípios com destinação adequada dos resíduos sólidos	• Apoio aos municípios para destinação adequada dos resíduos sólidos
Reduzir o déficit habitacional e os aglomerados subnormais e irregulares	• Redução do déficit habitacional • Redução da proporção de domicílios em aglomerados subnormais	• 1,5 mil novas moradias na área rural e 3 mil na área urbana com infraestrutura • Apoio para implantação de infraestrutura adequada para moradias situadas nas áreas consideradas aglomerados subnormais • Propriedades urbanas regularizadas
Reduzir a vulnerabilidade da população aos alagamentos na região metropolitana	• Redução de áreas urbanas alagáveis	• Plano Diretor de Macrodrenagem da RMGV elaborado • Conclusão da 1ª etapa das obras de manejo de águas pluviais das principais bacias em Viana, Cariacica e Vila Velha

As altas concentrações populacional e produtiva na região metropolitana – composta por sete municípios que juntos representam 48,5% da população capixaba[42] e 56,5% do PIB do Estado[43] – aliadas à carência de planejamento urbano, acabam ocasionando crescentes problemas de mobilidade urbana, desperdício de recursos e dificuldades de acesso aos serviços por parte da população residente na RMGV.

Nas cidades capixabas, ainda existe uma matriz de transporte ancorada no transporte individual, apesar dos avanços do TRANSCOL – sistema metropolitano integrado, que interliga a região metropolitana através de terminais urbanos de ônibus, permitindo que o usuário pague uma única tarifa.

42 **Fonte:** IBGE, População estimada em 2014.

43 **Fonte:** IJSN/SEP. PIB dos Municípios do Espírito Santo, 2012.

Nos últimos anos, observa-se maior quantidade de automóveis e motos no Estado, indicando a opção pelo transporte individual. Tomando o mês de dezembro como referência, o número de automóveis leves (automóveis, caminhonetes e camionetas) no Estado aumentou em aproximadamente 150% entre 2001 e 2013[44], com predominância da frota na RMGV, que concentrava cerca de 55% da frota estadual. Já a frota de motos (motocicletas e motonetas) teve um crescimento ainda mais significativo, cerca de 360%, principalmente nos municípios do interior do Espírito Santo, onde estão 68% das motos emplacadas no Estado em 2013. No entanto, a densidade de rodovias, por exemplo, variou menos de 1 p.p. no Estado[45], nesse mesmo período. Como consequências, podem ser citadas: maior congestionamento no trânsito; aumento do tempo de deslocamento entre trabalho e residência; aumento nos acidentes de trânsito, entre outros.

Na região metropolitana do Estado, o movimento dos trabalhadores (deslocamento casa-trabalho) dura, em média, aproximadamente 32 minutos, valor pouco abaixo da média nacional, de 34 minutos[46] (vide gráfico 13). Em nível internacional, o tempo médio é de 22 minutos nas regiões metropolitanas[47]. Os fatos supracitados indicam que o Estado ainda tem espaço para avançar e **diminuir o tempo de deslocamento das pessoas nas cidades para melhorar a mobilidade humana**. Nesse sentido, emergem algumas possibilidades como a implantação do Transporte Rápido por Ônibus (*Bus Rapid Transit* – BRT em inglês), mas tem destaque a adesão aos chamados modais alternativos, como o hidroviário e o uso de bicicletas como meio de transporte.

---

44 **Fonte:** DENATRAN, dezembro 2014. Frota de veículos, disponível em http://www.denatran.gov.br/frota.htm. Acessado em: 09/03/2015.

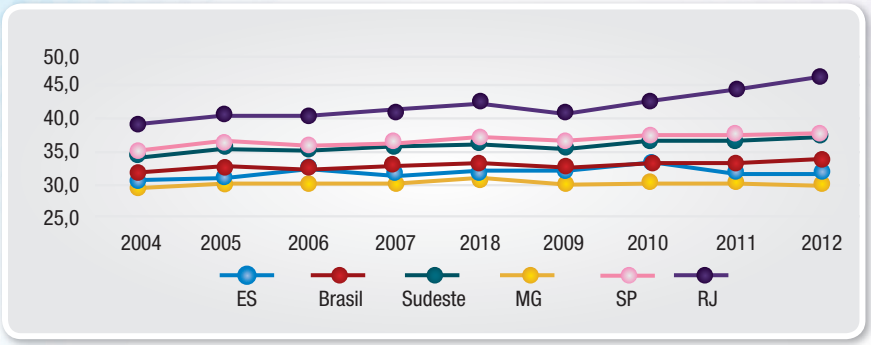
45 **Fonte:** DNIT, 2003-2013 (extensão rodoviária total e pavimentada), disponível em http://www.dnit.gov.br/. Acessado em: 09/03/2015.

46 **Fonte:** OPE Sociais, com base na PNAD.

47 **Fonte:** Scorecard on Prosperity – 2014. Disponível no ANEXO e em: http://www.bot.com/advocacy/Documents/Scorecard/Scorecard_2014.pdf

GRÁFICO 13

Evolução do tempo médio de deslocamento casa trabalho, em regiões metropolitanas selecionadas, em minutos

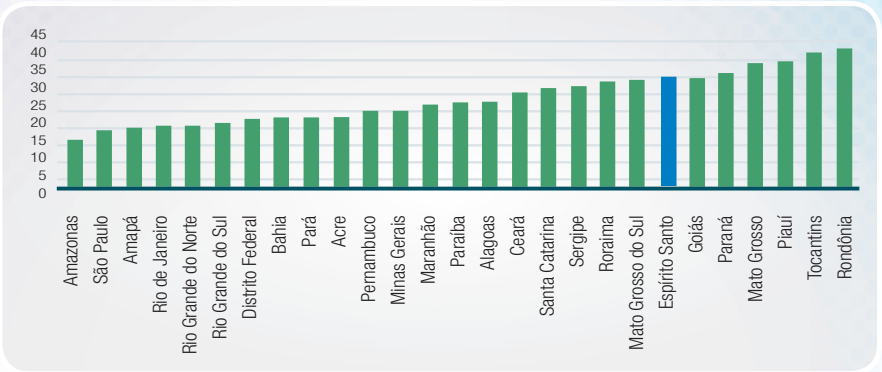


Fonte: OPE Sociais, com base na PNAD.

Ainda quanto à mobilidade dos cidadãos capixabas, mas não apenas se limitando ao espaço metropolitano, outro grande desafio para o Espírito Santo é **reduzir o índice de acidentes de trânsito**. De acordo com dados do Mapa da Violência 2014, a taxa de óbitos no trânsito no Espírito Santo foi a sétima pior na comparação com as demais UFs em 2012, com 33,2 óbitos por 100 mil habitantes. Atuar nesse sentido aumenta a segurança da população no sistema viário, contribui para melhorar a mobilidade urbana e reduz a pressão sobre o sistema de saúde, já que uma das principais causas de internação é o acidente de trânsito.

GRÁFICO 14

Taxa de óbitos no trânsito, por 100 mil habitantes, por UF, em 2012, em percentual



Fonte: Mapa da Violência 2014.

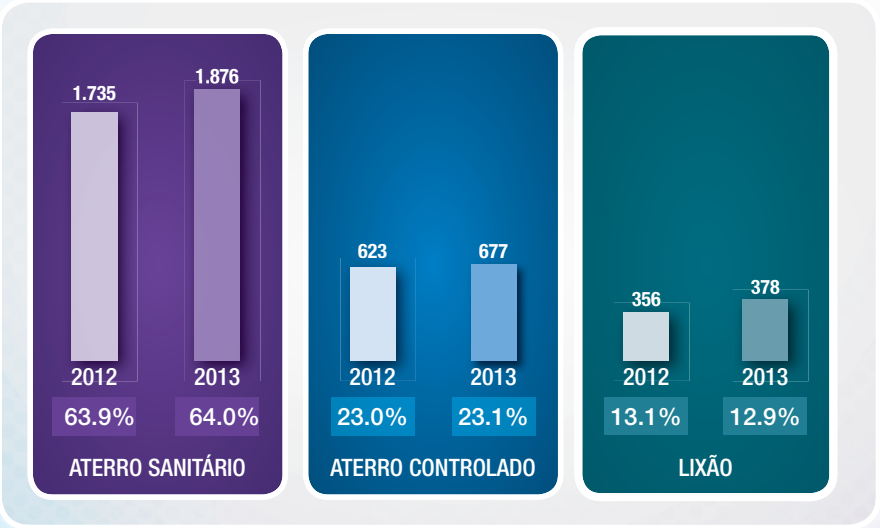
Em relação às condições de saneamento básico, segundo dados da OPE Sociais, com base na PNAD, em 2013, o Espírito Santo apresentou a terceira melhor proporção de domicílios com saneamento básico adequado entre os estados brasileiros em 2013, 82,9%. Porém, o Estado ainda está a mais de 10 p.p. abaixo de São Paulo, o melhor Estado em termos de saneamento. As regiões do interior do Espírito Santo são as que mais sofrem com esta carência. Assim sendo, é necessário **ampliar a cobertura de saneamento básico**, além de incentivar o reuso da água, não somente no interior, mas em todo o Estado.

Outro desafio relevante é **universalizar a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos**. No Brasil, e também no Espírito Santo, os resíduos sólidos ainda são um dos principais problemas ambientais. A partir de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos trouxe um conjunto abrangente de diretrizes para orientar a destinação adequada desses resíduos. Segundo pesquisa da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) em parceria com o IBGE, em 2013, cerca de 8,3% dos resíduos sólidos urbanos gerados, por dia, no Espírito Santo

não eram coletados. Adicionalmente, naquele mesmo ano ainda havia destinação inadequada, para locais como "lixão" e "aterros controlados" (vide gráfico 15). Nesse sentido, o Governo Estadual deverá apoiar os municípios na implementação de ações que busquem ampliar a destinação adequada dos resíduos em todo o Estado, eliminando gradualmente a existência dos "lixões" e "aterros controlados".

GRÁFICO 15

Destinação final de resíduos sólidos urbanos no Espírito Santo, em toneladas por dia



Fonte: ABRELPE. Relatório: Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, 2013.

No que diz respeito à habitação, o desafio para o Espírito Santo é **reduzir o déficit habitacional, o número de aglomerados subnormais e de ocupações irregulares** em todo o Estado. Observa-se que o crescimento populacional não foi acompanhado das necessárias medidas no campo do planejamento urbano e da política habitacional de modo igual em todas as regiões.

Quanto à favelização, segundo dados do IBGE, 6,35% dos domicílios no Espírito Santo estão localizados em aglomerados subnormais, proporção acima da média nacional (5,6%) e na 21ª posição entre os estados do país[48]. Esse deve ser um ponto de atenção, uma vez que a distância para Goiás, Estado com menor proporção de aglomerados, é muito grande. Em relação às ocupações irregulares, o Estado e os municípios devem atuar em conjunto para reduzir entraves burocráticos e promover a regularização fundiária.

No final de 2013, a população capixaba sofreu fortes consequências por causa da grande quantidade de chuva. Assim, outro desafio importante para o desenvolvimento urbano e regional do Estado é **reduzir a vulnerabilidade da população aos alagamentos, em especial na região metropolitana**. Para isso, é preciso atuar nas frentes habitacional, no sentido da desocupação irregular e da população que vive em áreas de risco no Estado, e de infraestrutura, buscando eficiente sistema de drenagem e escoamento dos grandes volumes de chuva.

---

48 **Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 2010.

MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

Onde estamos e nossos desafios

A discussão das questões ambientais é realidade nas pautas de reuniões entre líderes de todos os níveis de governo. Inicialmente, os temas predominantes nesses debates eram as emissões de gases de efeito estufa e o aquecimento global. Porém, adicionalmente, questões como segurança hídrica e uso sustentável dos recursos naturais estão em voga. Por isso, foram definidos cinco desafios para o Estado que abordam esses temas, além de oito resultados finalísticos e 17 diretrizes e entregas à sociedade, apresentados a seguir.

Área de resultado

MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Ampliar e conservar a cobertura florestal do Estado	• Aumento da cobertura florestal (%)	• Aumento da cobertura florestal em 80 mil hectares
Fortalecer a segurança hídrica para abastecimento humano e atividades produtivas	• Aumento da reservação de água • Aumento do reuso de água para uso doméstico, agrícola e industrial (%)	• Criação de Unidades de Conservação de Água (Jucu, Benevente e Santa Maria da Vitória) • Implantação/conversão de áreas cultivadas para irrigação localizada (ex: gotejamento e microjet) • Implantação do sistema de produção e distribuição de água do Rio Reis Magos • Ampliação do número de barragens públicas e privadas de uso múltiplo • Plano Estadual de Recursos Hídricos elaborado • Plano de reutilização de água em parceria com municípios e sociedade civil • Reuso da água em Estação de Tratamento de Esgoto e Água
Promover a sustentabilidade das propriedades rurais, estimulando a agregação de valor da produção agropecuária	• Aumento da proporção de propriedades rurais com práticas sustentáveis	• Incremento do investimento em pesquisa aplicada para agricultura sustentável • Capacitação de proprietários e trabalhadores rurais em práticas sustentáveis • Pavimentação de estradas rurais (Caminhos do Campo)

Desafios	*Resultados finalísticos*	*Diretrizes e entregas à sociedade*
Melhorar a qualidade do ar e da água	• Melhoria da qualidade do ar • Melhoria da qualidade das águas interiores (rios, lagos, lagoas) • Melhoria da qualidade das águas das praias	• Implantação do Plano Estratégico de Qualidade do Ar com prioridade de estudos para a redução do pó preto na RMGV • Implantação de sistema de monitoramento da qualidade ambiental e da conservação de recursos naturais • Eliminação do passivo ambiental de licenciamento e de outorga
Reduzir os impactos negativos dos eventos naturais extremos	• Melhoria da resiliência (capacidade de prevenção, resposta e recuperação) em território capixaba	• Estruturação das Coordenações Municipais de Proteção e Defesa Civil • Consolidação do Centro Capixaba de Monitoramento Hidrometeorológico • Implementação de Sistema de Alerta e Alarme em municípios com menor capacidade de prevenção, resposta e recuperação

No Espírito Santo, nos últimos anos, avanços foram feitos no sentido da preservação e recuperação de ativos naturais. A meta de cobertura florestal da Mata Atlântica, por exemplo, estipulada para 2020 no plano de longo prazo (ES 2030) de 13% de floresta recuperada foi superada já em 2015, quando o indicador alcançou aproximadamente 16% (SEAMA).

No entanto, ainda há necessidade de intensificação das atividades para usufruir, de forma sustentável, dos ativos naturais: cobertura vegetal, mananciais hídricos e paisagens. Nesse sentido, o Governo precisa manter os esforços para **ampliar e conservar a cobertura florestal do Estado e fortalecer a segurança hídrica para abastecimento humano e atividades produtivas**.

A gestão de recursos hídricos no Espírito Santo, em especial, constitui um desafio estadual muito relevante. Em primeiro lugar, vale ressaltar que o Estado vive uma das mais severas estiagens dos últimos 40 anos. Em especial, o norte do Espírito Santo foi a região mais atingida. Em segundo lugar, de acordo com dados da Agência Nacional de Águas (ANA), em 2013, havia trechos significativos dos rios em território capixaba com desbalanceamento hídrico[49], resultando em criticidade quantitativa ou qualitativas em todo o Estado e até, algumas vezes, ambas as criticidades em áreas próximas à capital.

Para tanto, avanços em instrumentos de planejamento e governança são necessários. Até o presente momento, o Estado não possui um Plano Estadual de Recursos Hídricos, embora possua três planos de Bacia de Rios Estaduais concluídos, três em elaboração e 12 Comitês de Bacia Estadual instalados.

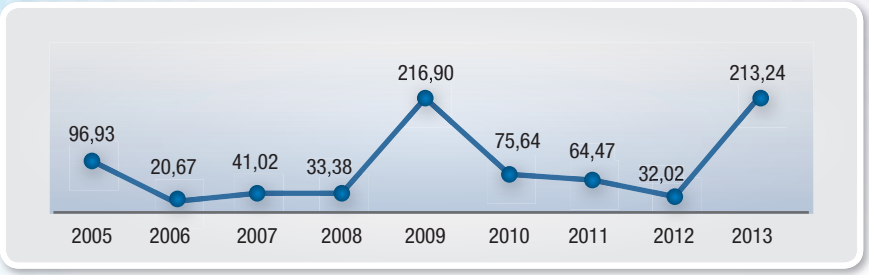
Paralelamente, além da preocupação em garantir recursos hídricos para a população capixaba, é preciso também enfrentar outro importante desafio: **reduzir os impactos negativos dos eventos naturais extremos**. Em especial, fala-se de enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações. É necessário melhorar a resiliência no território capixaba em três frentes de atuação: capacidade de prevenção de eventos extremos, capacidade de resposta a esses eventos e capacidade de recuperação dos recursos afetados, sejam eles humanos ou não. No final de 2013 e no início de 2014, no total, 55 municípios capixabas decretaram situação de emergência e havia cerca de 213 desabrigados por cada 100 mil habitantes, devido às fortes chuvas que atingiram o Estado em dezembro de 2013 (gráfico 16).

---

49 O balanço entre a oferta de água e as demandas quantitativas (captações) e qualitativas (lançamentos de efluentes) é de fundamental importância para o diagnóstico das bacias.

GRÁFICO 16

Evolução do número de desabrigados por 100 mil habitantes, em decorrência de eventos meteorológicos



Fonte: Defesa Civil do Estado do Espírito Santo.

Outro desafio para o Governo do Estado do Espírito Santo, que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população capixaba, é **reduzir a poluição do ar e da água**. Na região metropolitana do Estado, é preciso atuar para minimizar os problemas relacionados ao "pó preto", oriundo principalmente das indústrias. Em relação à qualidade da água, grandes riquezas do Estado, como praias, rios e lagoas, estão parcialmente comprometidas.

Entre 2010 e 2013, os balneários capixabas (praias, rios e lagoas) apresentaram deterioração, segundo dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo (IEMA). Os pontos classificados com qualidade ótima caíram de 66% do total para 44%, ao passo que os regulares aumentaram de 20% para 39% no mesmo período. Em 2010, havia apenas um ponto com classificação péssima (Rio Sahy). Já em 2013, três pontos foram classificados dessa forma: Rio Guaxindiba, Foz do Rio Jucu e Prainha da Vila Velha. Acresce que, em relação à qualidade das águas interiores, não foi verificado, em 2014, nenhum ponto de coleta nos corpos hídricos com classificação ótima, apesar de a maioria estar classificado como de boa qualidade (86%).

No que tange à agricultura, o cenário também é desafiador. O setor vem sofrendo perdas de produção consideráveis com os efeitos dos eventos climáticos, como fortes chuvas ou estiagens prolongadas, e tem que lidar com a necessidade de aumentar a produtividade para ganhar competitividade interna e externa ao Estado, além de agregar valor à produção rural.

No Espírito Santo, a agropecuária tem maior representatividade no VAB do Estado, quando comparado aos demais estados do Sudeste. Em 2012, a agropecuária representava 6% do VAB do Espírito Santo e, de acordo com dados do Censo 2010, 16,6% da população era residente em áreas rurais. Segundo dados de uma pesquisa do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) realizada nos 78 municípios capixabas, a seca que atinge o Estado já acumula prejuízos da ordem de R$ 1,7 bilhão. A cafeicultura foi o segmento mais atingido, com perdas na casa de R$ 1 bilhão, uma redução de 33% na produção. O recuo na pecuária de leite foi de 31%, ou seja, R$ 150 milhões a menos; e na fruticultura a queda foi de R$ 300 milhões, correspondente a 30% da produção[50].

As preocupações com os reflexos dessa estiagem, dentre outros problemas, como a necessidade de aumento da produtividade e da redução de custos de produção, deram luz à reflexão do uso consciente da água e também da prática de atividades sustentáveis na produção agrícola. Sustentáveis no sentido amplo. Em termos econômicos, práticas que reduzam custos e eliminem desperdícios. No que tange à sustentabilidade ambiental, são práticas que minimizam os impactos para o solo, principalmente em termos de poluição e destruição de terras férteis. Um bom exemplo é a prática de irrigação por gotejamento, que tem ganhado cada vez mais adeptos no país e, segundo dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES), pode chegar a gerar uma economia de até 50% de água, comparado aos sistemas tradicionais. Por fim, em relação à sustentabilidade social, essas práticas devem garantir a qualidade necessária dos produtos para atender a população capixaba.

Desse modo, outro grande desafio para o Governo do Estado do Espírito Santo é **promover a sustentabilidade das propriedades rurais, estimulando a agregação de valor da produção agropecuária** do Estado e incentivando o uso de práticas sustentáveis que, principalmente, reduzam o desperdício de água, não degradem o solo e aumentem a lucratividade dos empresários rurais.

---

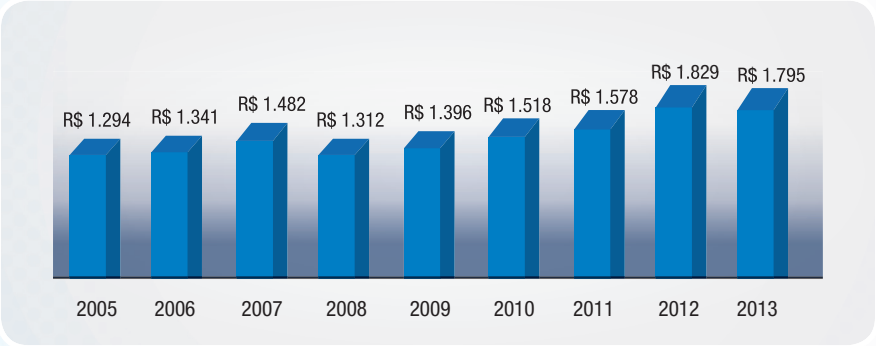
50 **Fonte:** Revista Esta Terra. Informativo da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo e Serviço Nacional de Rural – ano XVI – Nº 274, março de 2015.

Esse último fator é essencial para o desenvolvimento sustentável do setor e da população que mora e vive nas áreas rurais do Estado, apesar da variação de quase 40% na renda média real mensal dos domicílios do setor rural no Espírito Santo entre 2005 e 2013. Essa renda era de R$ 1.294,00 em 2005 e passou para R$ 1.795,00 em 2013 (gráfico 17).

GRÁFICO 17

Evolução da renda média real mensal dos domicílios do setor rural

(Componentes da família, de 10 anos ou mais de idade, exclusive aqueles cuja condição fosse pensionista, empregado doméstico ou parente desse empregado)



Fonte: PNAD. Dados ajustados pelo IGPM.

CULTURA, TURISMO E ESPORTE

Onde estamos e nossos desafios

Cultura, Turismo e Esporte são áreas-chave para promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico do Espírito Santo. Em todas elas há grandes oportunidades que trazem consigo grandes desafios. Para os próximos quatro anos, foram selecionados dois desafios, que se desdobram em cinco resultados finalísticos e 13 diretrizes e entregas à sociedade capixaba, conforme mostrado a seguir.

Área de resultado

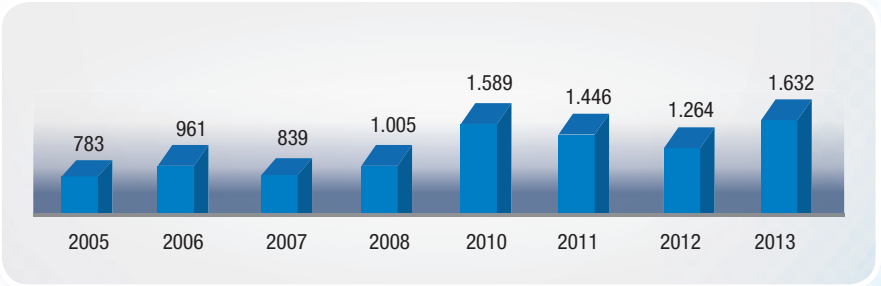
CULTURA, TURISMO E ESPORTE

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade
Promover cultura, turismo e esporte com foco na inclusão social	• Garantia do acesso da população à cultura, ao turismo e ao esporte • Promoção da cidadania por meio da cultura, turismo e esporte nos territórios de alta vulnerabilidade social	• Ampliação das oportunidades de emprego e renda por meio da cultura, do turismo e do esporte • Apoio à implantação e melhoria da infraestrutura de equipamentos culturais, incluindo a conservação, o restauro e a qualificação do patrimônio histórico e cultural • Cais das Artes em funcionamento • Centro de treinamento Jayme Navarro de Carvalho concluído • Efetivação do acesso da terceira idade a programas específicos de cultura, turismo e esporte • Editais de cultura e esporte com foco nas populações mais vulneráveis
Inovar e potencializar a economia dos setores cultural, turístico e esportivo	• Incremento do fluxo turístico • Aumento do número de empreendedores nos setores da Economia Criativa • Aumento nos empregos formais no turismo	• Estruturação de programa de Economia Criativa • Captação de recursos para obras de melhorias urbanas e rurais nos âmbitos cultural, turístico e esportivo • Atração de novos empreendimentos turísticos • Promoção do turismo de negócios e eventos e da rede de serviços, fomentando o crescimento da cadeia produtiva do turismo • Preservação do patrimônio dos sítios históricos, valorizando seus aspectos sociais e econômicos • Centro de Eventos do ES iniciado (Carapina) • Ampliação da divulgação cultural, turística e esportiva do Estado

O olhar para cada uma dessas áreas – Cultura, Turismo e Esporte – pressupõe uma série de desafios e atividades específicas. No turismo, diante da disponibilidade de tantas áreas verdes e praias, o Espírito Santo tem grande vocação para diversas modalidades turísticas. No interior do Estado, por exemplo, o agroturismo tem grande potencial para atrair visitantes nacionais e internacionais. Em 2013, o número de turistas no Estado chegou a 1,632 milhão em alta e média temporada[51], aumento de cerca de 108% em relação a 2005 (gráfico 18). A taxa média de crescimento de turistas no período foi de 11,1% a.a. entre 2005 e 2013.

GRÁFICO 18

Evolução do número de turistas no Estado, em alta e média temporadas, em milhares



Fonte: Núcleo de Estudos e Informações Turísticas/SETUR.

O esporte, tanto de alto rendimento quanto amador, vem lentamente ganhando relevância no cotidiano dos capixabas. No comparativo dos anos de 2013 e 2014, o número de medalhas totais de atletas capixabas em diferentes competições aumentou cerca de 26%. Adicionalmente, a construção do Estádio Kleber Andrade, em Cariacica, que sediou treinamentos durante a Copa do Mundo de 2014, poderá influenciar positivamente o esporte estadual, em especial o futebol.

51 **Fonte:** Núcleo de Estudos e Informações Turísticas/SETUR.

No entanto, são juntas que essas três áreas ganham força para superação dos desafios atuais do Espírito Santo. O imperativo de promoção de um desenvolvimento econômico, social e sustentável nas terras capixabas nos próximos quatro anos requer da Cultura, do Turismo e do Esporte dois grandes focos: de inclusão social e de inovação.

Nesse sentido, o primeiro grande desafio para o Espírito Santo é **promover cultura, esporte e turismo com foco na inclusão social**. A cultura e também o esporte já são temas conhecidos como mecanismos de promoção e inclusão social, além de terem alto potencial educador nos cidadãos. Acresce o papel do turismo, no sentido de garantir aos cidadãos mais carentes do Estado o acesso ao turismo de lazer. Como diretriz presente na estratégia deste Governo, o crescimento econômico deve promover a inclusão social, superando as desigualdades e criando melhores condições de emprego e renda para todos os cidadãos capixabas.

Apesar de ter apresentado o quarto melhor PIB *per capita* em 2012, no quesito de renda domiciliar *per capita*, o Estado estava abaixo da média brasileira e inferior a todos os estados do Sul-Sudeste. Em termos de desigualdade, nos últimos três anos de medição do Coeficiente Gini, que mede o grau de desigualdade de renda no país e nos estados, o Espírito Santo apresentou pequena variação, passando de 0,494 em 2011 para 0,490 em 2013. Neste último ano, o Estado ficou na 8ª colocação no *ranking* comparativo entre as demais UFs.

Outra grande motivação para o Governo nesta área é **inovar e potencializar a economia dos setores cultural, turístico e esportivo**, transformando ativos tangíveis e intangíveis dessas áreas em negócios para a população capixaba. Dessa forma, as diversidades culturais, turísticas e esportivas não devem mais ser compreendidas somente como bens a serem valorizados, mas como ativos fundamentais para uma nova compreensão do desenvolvimento do Estado.

Devem ser exploradas oportunidades nesses setores visando a englobar no mercado formal maior número de trabalhadores que já atuam nesses segmentos econômicos de modo informal e agregar valor a estas economias, aumentando suas participações no total de vínculos ativos de trabalho. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), as Atividades

Características do Turismo (ACT), que englobam também atividades de esportes, lazer e cultura, entre outros setores, por exemplo, representavam em 2013, pouco mais de 40 mil vínculos ativos de trabalho no Espírito Santo, demonstrando aumento se comparado ao ano de 2006, quando eram pouco mais de 29 mil.

No entanto, a proporção dos vínculos de turismo em relação ao total de vínculos ativos do Estado se manteve estável, em 4,2% no período 2006 a 2013. O mesmo fato não ocorreu nos demais estados do Sudeste, onde a proporção de vínculos nas ACT aumentou.

Um segmento relevante que envolve as três áreas – Cultura, Turismo e Esporte –, e que pode contribuir para ambos os desafios dessa área de resultado é o da economia criativa. Nesse estão englobados diversos subsegmentos, como música, teatro, cinema, artesanato, pintura, tecnologias de informação e comunicação, entre outros. Segundo definição do Ministério da Cultura, os setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social[52].

A promoção desses setores deve visar à criação de ambiente favorável ao desenvolvimento inclusivo da população, priorizando aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda. Adicionalmente, deve ser promovido o acesso a bens e serviços culturais, turísticos e esportivos para ampliação da cidadania nas terras capixabas.

---

52 **Fonte:** Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014 - 2ª edição, 2011.

GESTÃO PÚBLICA

Onde estamos e nossos desafios

A sociedade, cada vez mais informada e conectada com o mundo, demanda gradativamente serviços públicos de maior qualidade, mais complexos e custosos, o que requer soluções cada vez mais modernas e eficientes. Nesse contexto, cinco grandes desafios se fazem presentes para o Governo do Estado do Espírito Santo e com eles são definidos dezessete resultados finalísticos e dezenove diretrizes e entregas para a sociedade capixaba.

Área de resultado

GESTÃO PÚBLICA

Desafios	*Resultados finalísticos*	*Diretrizes e entregas à sociedade*
Garantir o equilíbrio fiscal sustentável	• Aumento da capacidade de investimento com recursos próprios • Formação e manutenção da reserva de caixa	• Aperfeiçoamento da institucionalidade fiscal do Estado, com a proposição da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual e criação de conselho fiscal e de instituição fiscal independente • Redução racional de custos
Melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos	• Diminuição do tempo de tramitação dos processos administrativos • Redução do tempo da entrega do serviço público • Melhoria dos resultados de pesquisa de satisfação do usuário	• Implantação da Política Pública de Gestão • Ampliação e fortalecimento da oferta de serviços públicos pela *internet* (ex.: "Faça Fácil Virtual" e "ES na Palma da Mão") • Mapeamento e otimização de processos com foco na desburocratização e orientação a resultados • Melhoria de serviços públicos por meio de novos modelos de gestão (ex.: PPP, OS e OSCIP) • Implantação do Faça Fácil de Colatina
Promover o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor público	• Diminuição do número de cargos comissionados e DTs • Diminuição do índice de absenteísmo • Ampliação da capacitação e formação do servidor • Melhoria da qualidade de vida no trabalho • Elevação dos níveis de produtividade	• Realização de concurso público para substituição de servidores em designação temporária de forma progressiva • Redução gradativa dos cargos comissionados e ocupação de cargos de chefia por servidores efetivos • Promoção da qualidade de vida dos servidores • Implantação de mecanismos de incentivo ao desempenho do servidor e de sua avaliação com base em critérios objetivos • Servidores com formação orientada para resultados, ampliando sua capacidade de produzir, avaliar e comunicar benefícios relevantes para a sociedade • Formação de novas lideranças, com foco na criatividade e inovação na gestão pública

Desafios	Resultados finalísticos	Diretrizes e entregas à sociedade

Aprimorar a transparência das informações e os canais de comunicação com o Governo, bem como prevenir e combater a corrupção	• Melhoria do índice de transparência
	• Ampliação da participação popular
	• Diversificação do perfil de acesso ao Portal da Transparência
	• Melhoria da posição no *ranking* de gestão, especialmente no item "corrupção"
		• Combate à corrupção:
		  • Operacionalização da Subsecretaria de Integridade Governamental e Empresarial
		  • Fortalecimento e instrumentalização da Corregedoria do Poder Executivo
		• Ampliação da participação social no desenvolvimento e implantação das políticas públicas
		• Implantação de instrumentos para avaliação das políticas públicas (ex.: Site ES em Números)
		• Reformulação do Portal da Transparência

Integrar o Governo em rede com a sociedade	• Ampliação do número de processos abertos por meio de participação popular • Ampliação do número de chamados gerados na ouvidoria do Estado • Ampliação da participação da sociedade na elaboração do orçamento	• Fortalecimento do diálogo presencial por meio de uma agenda permanente com a sociedade • Dinamização dos canais digitais de comunicação do Governo, ampliando o diálogo com o cidadão (mídias sociais e plataforma colaborativa)

Para atender a essa demanda cada vez mais complexa e criteriosa, é preciso buscar constantemente **melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos**. Trata-se, por exemplo, da diminuição dos tempos de tramitação de processos administrativos, da redução do tempo da entrega do serviço público e do aumento da eficácia na prestação dos serviços aos cidadãos. A *internet* deve ser a grande aliada do Governo para ampliação e fortalecimento da oferta de serviços públicos de modo *online*, ganhando mais agilidade e escala.

Outro desafio da gestão pública capixaba é **promover o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor público**. A busca por esse desafio,

além de contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do servidor, baseado em valores como meritocracia e qualidade de vida, contribui também para melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos, partindo da lógica de que quanto mais capacitado e motivado for o profissional, melhores são os resultados de seu esforço individual.

As soluções para alcançar tais melhorias passam por diferentes áreas. Dentre elas estão: novas soluções de governança público-privadas, uma maior capacidade de gestão estratégica para orientar a ação do Governo em ambientes de alta incerteza, a consideração da cultura como fator determinante do sucesso das mudanças de métodos e abordagens da gestão pública, a importância da liderança e das habilidades dos gestores públicos de alto nível para empreender as transformações necessárias e, finalmente, a capacidade de compreender os impactos de sua própria ação e formular políticas públicas mais avançadas.

Considerando o funcionalismo público em geral, verifica-se melhora na escolaridade dos servidores públicos capixabas. Segundo dados da RAIS, do total de vínculos na administração pública do Espírito Santo, 50,5% destes funcionários possuíam ensino superior completo em 2013 (vide figura 5), o que representa uma melhoria de qualidade em relação a 2003, quando essa participação era de 29,4%. O novo paradigma de gestão pública pressupõe a substituição do modelo de administração burocrática por um mais gerencial, orientado para resultados. A conquista deve ser disseminada para todo o aparelho do Estado, incluindo práticas inovadoras, profissionais e transparentes.

FIGURA 5

Proporção de servidores públicos estaduais com ensino superior

Posição 2013	UF	2013	Variação % 2003-2013	Posição 2013	UF	2013	Variação % 2003-2013
1	SC	86,9%	71,5%	14	DF	49,0%	32,4%
2	PR	63,7%	48,8%	15	PI	47,6%	73,8%
3	RR	60,8%	83,8%	16	TO	46,3%	60,2%
4	MT	58,6%	69,3%	17	AC	46,0%	215,3%
5	RJ	58,4%	18,8%	18	AM	44,9%	108,2%
6	PE	57,0%	27,2%	19	PA	44,3%	42,0%
7	SP	53,7%	26,3%	20	BA	42,6%	-7,1%
8	MG	51,8%	6,2%	21	RN	39,4%	1.451,0%
9	SE	51,4%	33,5%	22	RS	37,5%	-13,5%
10	MS	514%	-1,8%	23	PB	29,2%	-67,3%
11	GO	51,1%	168,8%	24	RO	21,6%	254,2%
12	CE	51,0%	76,8%	25	AP	17,1%	13,4%
13	**ES**	**50,5%**	**71,7%**	26	MA	16,3%	-8,1%
	Brasil	**49,8%**	**25,0%**	27	AL	10,8%	-66,4%

Fonte: RAIS/MTE.

Nota: Quantidade de vínculos ativos em 31/12/2013 na área de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social no Setor Público Estadual.

Na vertente fiscal, o Estado necessita passar por mudanças significativas e estruturais para **garantir o equilíbrio fiscal sustentável**. Os objetivos são a racionalização de custos e a retomada da capacidade de investimento do Estado com recursos próprios para investir em medidas relevantes, sustentáveis e de alto impacto para a sociedade. Para tal, é necessário que o Governo realize um significativo ajuste fiscal, com base em princípios como a responsabilidade fiscal e a profissionalização gerencial e administrativa. A adoção de uma política fiscal de qualidade e o equilíbrio das contas públicas devem necessariamente ter o amplo suporte da sociedade.

No Espírito Santo, desde 2003, é um constante desafio **aprimorar a transparência das informações e os canais de comunicação com o Governo, bem como prevenir e combater a corrupção**. Cada vez mais as instituições públicas são pressionadas para um novo padrão de gestão, que garanta a conversão efetiva dos recursos arrecadados junto à sociedade em melhoria dos serviços e qualidade de vida da população. No Brasil, o índice de transparência utilizado apresenta grande heterogeneidade entre os estados, mas o Espírito Santo se destaca no primeiro lugar do *ranking* na comparação com outras Unidades da Federação (gráfico 19).

No que tange à corrupção, a sociedade brasileira e também capixaba, em diferentes formas de manifestação, tem clamado pela retomada de valores como integridade, honestidade no discurso, transparência, responsabilidade e, em especial, corrupção zero. Nesse sentido, a participação social no desenvolvimento e na implantação de políticas públicas deve ser ampliada e a impunidade daqueles que infringem a lei deve ser combatida fortemente.

GRÁFICO 19

Evolução do índice de transparência de estados selecionados

Fonte: Portal Índice de Transparência. Disponível em: www.indicedetransparencia.com. Acessado em 09/03/2015.

Por fim, outro desafio a ser atacado pelo Estado, também no sentido do fazer coletivo e da transparência, é **integrar o Governo em rede com a sociedade**, a partir de mecanismos de interação efetiva. Isso requer do Estado uma real aproximação com as demandas da população. Atualmente, audiências públicas, planejamentos de longo prazo, consultas públicas – presenciais e online – envolvendo diversas partes da sociedade civil organizada, além de reuniões e planejamentos regionais, são exemplos reais da interação entre o Governo e cidadãos capixabas. É pelo diálogo que se definem as prioridades às quais o servidor público deve ater-se e que se criam as condições para maior estabilidade das políticas públicas.

Para tal, o Estado deve ser inovador e aberto à participação da sociedade, não se limitando à divulgação de dados e informações, mas sim estimulando as interações, inclusive pela utilização das novas tecnologias da informação e comunicação, como parte da estratégia de ampliar sua capacidade e velocidade de inovar e entregar resultados à sociedade.

4

O MODELO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 2015-2018

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS 2015-2018

Uma estratégia cria valor para a sociedade mediante sua implantação efetiva.

Com esse objetivo, o atual Governo do Estado do Espírito Santo irá retomar as boas práticas de Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), visando a ampliar a capacidade do Estado de produzir resultados significativos e transformadores para a sociedade capixaba.

Os fundamentos da GEOR são:

- Foco em um público-alvo bem definido;
- Orientação para resultado;
- Visão estratégica;
- Responsabilidade e compromissos.

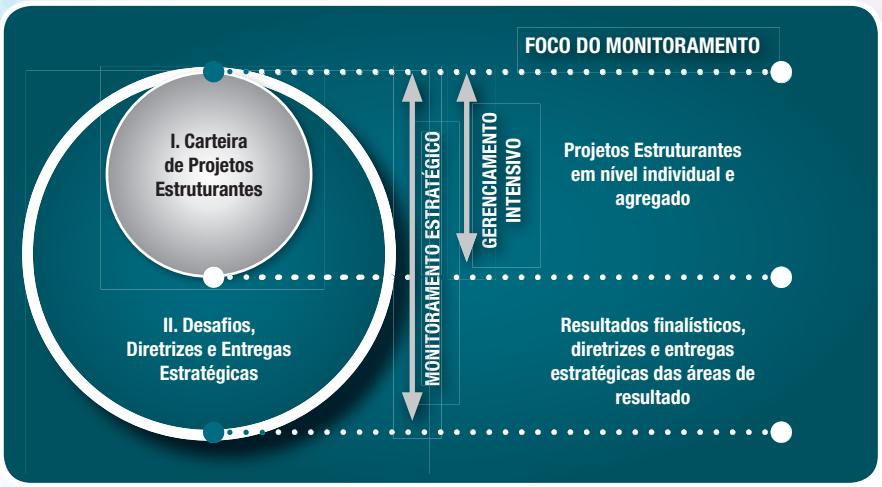
O modelo de gestão deste Governo atuará em dois níveis, sendo eles:

I. Carteira de Projetos Estruturantes; e

II. Desafios, Diretrizes e Entregas Estratégicas.

FIGURA 6

Modelo de gestão em dois níveis



Fonte: Macroplan, 2015.

O primeiro nível tem como núcleo principal o **Projeto Estruturante**, que pretende garantir e executar entregas de caráter transformador para a sociedade, com definição clara de elementos como público-alvo, objetivos e resultados. O conjunto de projetos estruturantes contará com gerenciamento e monitoramento intensivos e o direcionamento adequado dos recursos em prol dos resultados almejados.

O Projeto Estruturante é um esforço temporário que estrutura e mobiliza os principais recursos, com gestão intensiva do Governo, para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, que contribua de forma significativa para entregar benefícios relevantes à sociedade, possuindo as seguintes características:

- Uma relação positiva forte e direta com os desafios do Governo para o período 2015-2018

- No conjunto, representam o foco de atuação para realizar as principais entregas do Governo à sociedade
- Tem efeito multiplicador: capacidade de impulsionar outras iniciativas
- A gestão coordenada de suas ações gera resultados que não seriam possíveis se gerenciados separadamente
- Exige um gerenciamento intensivo com foco na tomada de decisão nos níveis hierárquicos adequados

O gerenciamento e o monitoramento do Projeto Estruturante devem ser intensivos, incorporar forte senso de urgência, ter caráter empreendedor e estar próximo dos acontecimentos e dos atores relacionados à execução do projeto.

Em termos práticos, a gestão do Projeto Estruturante está apoiada em dois requisitos essenciais: responsabilização e compromisso.

A responsabilização consiste na alocação das atribuições, dos desafios e dos poderes cabíveis a pessoas físicas e não a cargos genéricos, unidades ou organizações. Mais ainda, significa reforçar a liderança do gerente do projeto – que deve estar próximo do público-alvo e, portanto, com uma percepção mais precisa e completa dos problemas e das oportunidades existentes e potenciais – com o adequado suporte dos responsáveis de ação e integrantes da linha decisória.

O compromisso se constrói na articulação, negociação e definição das responsabilidades claras e bem especificadas para a execução das ações e a alocação dos recursos necessários.

O segundo nível do modelo de gestão propõe-se a acompanhar os resultados finalísticos de Governo, definidos para cada uma das dez áreas de resultado e suas respectivas diretrizes e entregas à sociedade. Esse monitoramento se diferencia do modelo dos projetos estruturantes (nível I) em sua intensidade. Por se tratar de resultados estratégicos de mais longo alcance, possuem periodicidade de monitoramento maior.

O modelo de gestão que orienta a implementação do conjunto de projetos é de responsabilidade compartilhada no Governo. A execução dos projetos estruturantes e das diretrizes e entregas estratégicas é responsa-

bilidade das secretarias de Governo, e o seu monitoramento será realizado com o apoio do Escritório de Projetos do Governo, vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP). Para dar agilidade aos processos, será utilizado um sistema informatizado de gestão estratégica de projetos em tempo real, o SIGES. Para englobar as inovações do modelo de gestão atual, foram feitas modificações e melhorias no sistema em relação ao utilizado anteriormente.

É através dessa estrutura e organização que o Governo do Estado do Espírito Santo pretende trabalhar nos próximos anos, para avançar nos desafios colocados à gestão estadual, gerando benefícios e entregas significativos e transformadores para a sociedade capixaba nos grandes temas que necessitam de transformações e melhorias na realidade do Espírito Santo.

LISTA DE SIGLAS

ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS
2015-2018

ABRELPE
Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ACT
Atividades Características do Turismo

ANA
Agência Nacional de Águas

ANATEL
Agência Nacional de Telecomunicações

ANTAQ
Agência Nacional de Transportes Aquaviários

BCB
Banco Central do Brasil

BRT
Bus Rapid Transit ou Transporte Rápido por Ônibus

CLP
Centro de Liderança Pública

CNT
Confederação Nacional dos Transportes

COMPDEC
Coordenações Municipais de Proteção e Defesa Civil

CRAS
Centro de Referência de Assistência Social

CREAS
Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT&I
Ciência, Tecnologia e Inovação

DETRAN/ES
Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo

DNIT
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EF
Ensino Fundamental

EF I
Ensino Fundamental anos iniciais

EF II
Ensino Fundamental anos finais

EJA
Educação de Jovens e Adultos

EM
Ensino Médio

ESF
Equipes de Saúde da Família

EUA
Estados Unidos da América

FAES
Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo

FGV
Fundação Getúlio Vargas

FUNCULTURA
Fundo Estadual da Cultura

GEAC
Gerência de Estatística e Análise Criminal

GEOR
Gestão Estratégica Orientada para Resultados

GET
Gerência de Educação e Trabalho

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRE
Instituto Brasileiro de Economia

ICMS
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IEMA
Instituto Estadual de Meio Ambiente

IGPM
Índice Geral de Preços-Mercado

IJSN
Instituto Jones dos Santos Neves

INCAPER
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INEP
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LOA
Lei Orçamentária Anual

MDIC
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MTE
Ministério do Trabalho e Emprego

NEM-NEM-NEM
Nem Estudam, Nem Trabalham, Nem Procuram Emprego

ONU
Organização das Nações Unidas

OPE SOCIAIS
Oportunidades Pesquisa e Estudos Sociais

OS
Organizações Sociais

OSCIP
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIB
Produto Interno Bruto

PNAD
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAIC
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNUD
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP
Parcerias Público Privadas

RAIS
Relação Anual de Informações Sociais

RDPC
Renda Domiciliar *Per Capita*

RFB
Receita Federal do Brasil

RMGV
Região Metropolitana da Grande Vitória

SAMU
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEAMA
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SECEX
Secretaria de Comércio Exterior

SECONT
Secretaria de Estado de Controle e Transparência

SECULT
Secretaria de Estado da Cultura

SEFAZ
Secretaria de Estado da Fazenda

SEJUS
Secretaria de Estado da Justiça

SELIC
Taxa Nominal de Juros da Economia

SEP
Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

SESA
Secretaria de Estado da Saúde

SESP
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social

SETUR
Secretaria de Estado de Turismo

SIGES
Sistema de Gerenciamento Estratégico de Projetos do Governo do Estado do Espírito Santo

STN
Secretaria do Tesouro Nacional

SUBINT
Subsecretaria de Integridade Governamental e Empresarial

SUS
Sistema Único de Saúde

TUP
Terminais de Uso Privado

UF(s)
Unidade(s) da Federação

UTI
Unidade de Tratamento Intensivo

VAB
Valor Adicionado Bruto

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS
2015-2018

FIGURAS

Figura 1. Mapa da estratégia 2015-2018 ***32***

Figura 2. Conceitos dos principais elementos estratégicos ***43***

Figura 3. Organização esquemática das áreas de resultado ***44***

Figura 4. Concentração de crimes letais intencionais no 2º quadrimestre de 2014 ***67***

Figura 5. Proporção de servidores públicos estaduais com ensino superior ***104***

Figura 6. Modelo de Gestão em dois níveis ***110***

GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxa de crescimento do PIB X IPCA ***23***

Gráfico 2. Evolução do IDEB no ensino fundamental II da rede pública: Espírito Santo e média Brasil ***50***

Gráfico 3. Evolução do IDEB no ensino médio da rede pública: Espírito Santo e média Brasil ***50***

Gráfico 4. Evolução da proporção de internação por causas sensíveis à atenção primária, em percentual ***55***

Gráfico 5. Evolução da cobertura populacional das equipes de saúde da família, em percentual ***56***

Gráfico 6. Evolução da porcentagem de extremamente pobres ***61***

Gráfico 7. Taxa de homicídios femininos por 100 mil, na população total, por UF, em 2011 ***62***

Gráfico 8. Evolução da proporção de jovens de 15 a 29 anos, Nem-Nem-Nem, em percentual ***63***

Gráfico 9. Panorama do sistema penitenciário capixaba ***68***

Gráfico 10. Evolução do PIB no Espírito Santo e participação no PIB brasileiro ***73***

Gráfico 11. Índice de competitividade, por UF, em 2013 ***74***

Gráfico 12. Evolução do total geral de cargas movimentadas, por tipo de instalação, em milhões de toneladas ***79***

Gráfico 13. Evolução do tempo médio de deslocamento casa-trabalho, em regiões metropolitanas selecionadas, em minutos ***84***

Gráfico 14. Taxa de óbitos no trânsito, por 100 mil habitantes, por UF, em 2012, em percentual ***85***

Gráfico 15. Destinação final de resíduos sólidos urbanos no Espírito Santo, em toneladas por dia ***86***

Gráfico 16. Evolução do número de desabrigados por 100 mil habitantes, em decorrência de eventos meteorológicos ***92***

Gráfico 17. Evolução da renda média real mensal dos domicílios do setor rural ***94***

Gráfico 18. Evolução do número de turistas no Estado, em alta e média temporadas, em milhares ***97***

Gráfico 19. Evolução do índice de transparência de estados selecionados ***105***

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNADOR
Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR
César Roberto Colnago

CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR
Neivaldo Bragato

GOVERNO
Angela Maria Soares Silvares

GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
Dayse Maria Oslegher Lemos

FAZENDA
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

ECONOMIA E PLANEJAMENTO
Regis Mattos Teixeira

PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Rodrigo Rabello Vieira

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA
Marcelo Barbosa de Castro Zenkner

EDUCAÇÃO
Haroldo Correa Rocha

SAÚDE
Ricardo de Oliveira

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
André de Albuquerque Garcia

JUSTIÇA
Eugênio Coutinho Ricas

EXTRAORDINÁRIA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS
Evaldo França Martinelli

ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Sueli Rangel Silva Vidigal

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Rodrigo Marques de Abreu Júdice

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
Octaciano Gomes de Souza Neto

SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
João Carlos Coser

CULTURA
João Gualberto Moreira Vasconcelos

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
João Guerino Balestrassi

ESPORTE E LAZER
Valdir Klug

TURISMO
José Sales Filho

COMUNICAÇÃO SOCIAL
Andréia da Silva Lopes

DESENVOLVIMENTO
José Eduardo Faria de Azevedo

TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS
Paulo Ruy Valim Carnelli

CASA CIVIL
Paulo Roberto Ferreira

CASA MILITAR
José Nivaldo Campos Vieira

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Regis Mattos Teixeira

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Sabrina Caliman Tanaka

EQUIPE TÉCNICA

Alan Rodrigo Evangelista dos Santos
Antônio Carlos Amorim
Camila Santa Clara Pio
Carlos Victor Salvarez Pestana
Deivison Gomes Bergamin
Douglas da Silva Peruzini
Fernanda Stoco Malacarne
Kettini Upp Calvi
Luiz Fernando Gregório do Nascimento
Laila Firme Mello
Marcio Bastos Medeiros
Matheus Oggioni Lima Benincá
Vinicius Cappeletti
Vitor Santos Martins

EQUIPE DE APOIO

Andressa Leal Santos
Dayana Rosa da Costa
Laryssa Cruz de Oliveira
Magna dos Santos Chagas

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Rhuana Maria Santos Ribeiro Giacomin

COLABORAÇÃO

Instituto Jones dos Santos Neves
Secretarias de Estado e Autarquias

EQUIPE MACROPLAN

PRESIDENTE

Claudio Porto

DIRETOR DO PROJETO

Alexandre Mattos

GERENTE DO PROJETO

Rodrigo Souza

EQUIPE TÉCNICA

Adriana Fontes
Andrea Belfort
Antonio Ravioli
Isabela Corrêa
Pedro Lipkin

EQUIPE DE DESIGN

Luiza Raj
Mariana Bahiense
Tatiane Limani

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Economia e Planejamento

www.es.gov.br